

Barómetro de Coesão Social - 2022

DISTRITO DE CHIMBUNILA

Salvador Forquilha, Luís de Brito, Wim Neeleman
Euclides Gonçalves, Patrícia Oliveira,
Lúcio Posse e Sandrângela Fortes

Cadernos IESE N.º 30P

“Cadernos IESE”

Edição do Conselho Científico do IESE

A Colecção “Cadernos IESE” publica artigos de investigadores permanentes e associados do IESE no quadro geral dos projetos de investigação do Instituto.

Esta colecção substitui as anteriores Colecções de Working Papers e Discussion Papers do IESE, que foram descontinuadas a partir de 2010.

As opiniões expressas através dos artigos publicados nesta Colecção são da responsabilidade dos seus autores e não reflectem nenhuma posição formal e institucional do IESE sobre os temas tratados.

Os Cadernos IESE podem ser descarregados gratuitamente em versão electrónica a partir do endereço www.iese.ac.mz.

Barómetro de Coesão Social - 2022

DISTRITO DE CHIMBUNILA

Salvador Forquilha, Luís de Brito, Wim Neeleman

Euclides Gonçalves, Patrícia Oliveira,

Lúcio Posse e Sandrângela Fortes

Cadernos IESE nr. 30/2023

Novembro, 2023

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Conselho de Serviços de Representação do Estado na Província de Niassa e ao Governo do Distrito de Chimbunila pelo apoio concedido na realização da pesquisa de campo e a todos os cidadãos que aceitaram participar na pesquisa.

Título: Barómetro de Coesão Social 2022 - Distrito de Chimbunila

Autor: Salvador Forquilha, Luís de Brito, Wim Neeleman, Euclides Gonçalves, Patrícia Oliveira, Lúcio Posse e Sandrângela Fortes

Copyright © IESE, 2023

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)

Rua Macombe Macossa, nº 142

Maputo, Moçambique

Telefone: + 258 21486043

Email: iese@iese.ac.mz

Website: www.iese.ac.mz

Proibida a reprodução total ou parcial desta publicação para fins comerciais.

Execução Gráfica: IESE

Tiragem: 300 Exemplares

ISBN: 978-989-8464-60-6

Número de Registo: 11360/RL/INICC/2023

Autores

Salvador Forquilha

Luís de Brito

Wim Neeleman

Euclides Gonçalves

Patrícia Oliveira

Lúcio Posse

Sandrângela Fortes

INTRODUÇÃO

O “Barómetro de Coesão Social” (BCS) é um instrumento de pesquisa desenvolvido pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) no âmbito do Programa “COESÃO - Acção da Sociedade Civil para a Coesão Social no Norte de Moçambique”, financiado pela Embaixada da Suíça. A pesquisa propõe-se a compreender, monitorar e explicar mudanças nos níveis de coesão social observadas nos distritos de Angoche e Moma, na província de Nampula, Chiúre e Montepuez, na província de Cabo Delgado e, Chimbunila e Cuamba, na província de Niassa.

O estudo define coesão social como sendo o grau de confiança no governo e no seio da sociedade, bem como a vontade de participar colectivamente para uma visão partilhada de paz sustentável e objectivos comuns de desenvolvimento. Duas dimensões são analisadas: a coesão horizontal, que se refere às relações entre cidadãos numa sociedade; e a coesão vertical, que considera as interações entre as instituições e cidadãos. Para estas duas dimensões, a pesquisa concentrou-se em seis indicadores, nomeadamente: inclusão, segurança e protecção, confiança nos outros, confiança nas instituições, representação e engajamento cívico.

A pesquisa de campo decorreu de 08 de Fevereiro a 15 de Março de 2022 e teve a duração de três semanas. No distrito de Chimbunila, foi administrado um inquérito a uma amostra representativa da população distrital maior de 18 anos e, para obter uma margem de erro não superior a 4% com um nível de confiança de 95%, foi usado um tamanho de amostra com 654 inquiridos. Dada a inexistência nos distritos de uma lista dos cidadãos maiores de 18 anos, que permitiria definir uma amostra realmente aleatória, recorreu-se a uma alternativa, usando como *proxy* a distribuição disponível da população adulta por locais e mesas de voto para atingir esse objectivo¹. Em função da distribuição por locais de votação da população eleitoral recenseada (dados disponíveis das últimas eleições gerais de 2019), foi definido o número de questionários a serem realizados nos bairros à volta de cada um desses locais no distrito, na proporção do número de eleitores registados em cada um. Para respeitar a composição da população em termos de género, cada inquiridor teve a instrução de alternar a administração do questionário entre homens e mulheres.

Neste distrito, o inquérito foi administrado em 37 locais de votação de todos os postos administrativos, distribuídos da seguinte forma: 24 em Chimbunila e 13 em Lione. Para aprofundar a compreensão de algumas das dimensões da coesão social foram realizadas entrevistas com informantes-chave e autoridades locais, para além de grupos focais.

Este é o primeiro inquérito sobre coesão social no distrito de Chimbunila. A nossa interpretação das estatísticas descritivas é cruzada com a informação qualitativa recolhida nas notas dos inquiridores, entrevistas individuais e grupos focais realizados. Esta informação qualitativa não foi obtida em todos os locais onde os inquéritos foram administrados. Assim, dinâmicas específicas de bairros e povoações onde foram realizadas entrevistas e grupos focais podem ter sido destacadas, enquanto aspectos relevantes em algumas áreas onde não houve recolha de dados qualitativos podem ter recebido menos atenção.

¹ Em cada ano são usadas as listas de locais e mesas de voto publicadas pelo STAE para as eleições mais recentes.

Dois principais constrangimentos influenciaram o processo de recolha de dados. Primeiro, a pesquisa de campo foi realizada em época chuvosa. Por isso, nos dias de fortes chuvas e ventos, a equipa não realizou a recolha de dados. As vias de acesso tornaram-se intransitáveis para alguns locais de votação inicialmente selecionados para a amostra. Esses locais de votação foram substituídos por outros próximos e com características similares. Segundo, o alto nível de vigilância para a circulação de pessoas exercido pelas autoridades político-administrativas e comunidades, exigiram que algum tempo da pesquisa de terreno fosse dedicado à acreditação dos pesquisadores em cada local de votação e ao estabelecimento de níveis aceitáveis de confiança que permitissem a administração do inquérito num ambiente seguro.

Para além da presente introdução e das notas finais, o relatório está organizado em oito secções, começando com uma primeira secção dedicada a uma breve descrição do distrito. A segunda secção é dedicada ao perfil dos inquiridos, onde é apresentada a sua caracterização em termos de sexo, idade, educação, ocupação e religião; a terceira secção, dedicada à inclusão, cobre aspectos referentes à avaliação das condições de vida e à percepção sobre igualdade de tratamento e oportunidades; a quarta secção é dedicada a questões relativas ao sentimento de segurança e protecção e eventuais problemas de violência; a quinta secção trata da confiança no interior do grupo de pertença e a confiança em relação a pessoas oriundas de outros locais e comunidades; a sexta secção é especialmente dedicada à confiança institucional; a sétima secção aborda questões referentes à percepção sobre alguns dos principais mecanismos de representação na perspectiva da governação; a oitava secção avalia o nível de participação e engajamento cívico.

1. O DISTRITO DE CHIMBUNILA

Em resultado da Lei 26/2013, de 18 de Dezembro de 2013, Chimbunila, que antes era um Posto Administrativo do distrito de Lichinga, passou a ser um novo distrito. O mesmo faz fronteira a Norte com os distritos de Lago, Sanga e Muembe, a Sul com Ngauma, a Este com Majune e a Oeste com a República do Malawi.

Chimbunila possui uma superfície de 5.438 Km² e é composto por dois postos administrativos e cinco localidades, distribuídos da seguinte forma: posto administrativo de Chimbunila-Sede com três localidades, nomeadamente Mussa, Cholue e Namuanica; posto administrativo de Lione, com duas localidades, designadamente Lione-Sede e Chala.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (2021), o distrito de Chimbunila tinha, em 2021, 86.137 habitantes. Parte considerável da população não tem água canalizada e, por consequência, depende de fontanárias, principalmente os que residem nas sedes dos postos administrativos, e de poços artesanais e rios, os que residem longe das sedes dos postos administrativos.

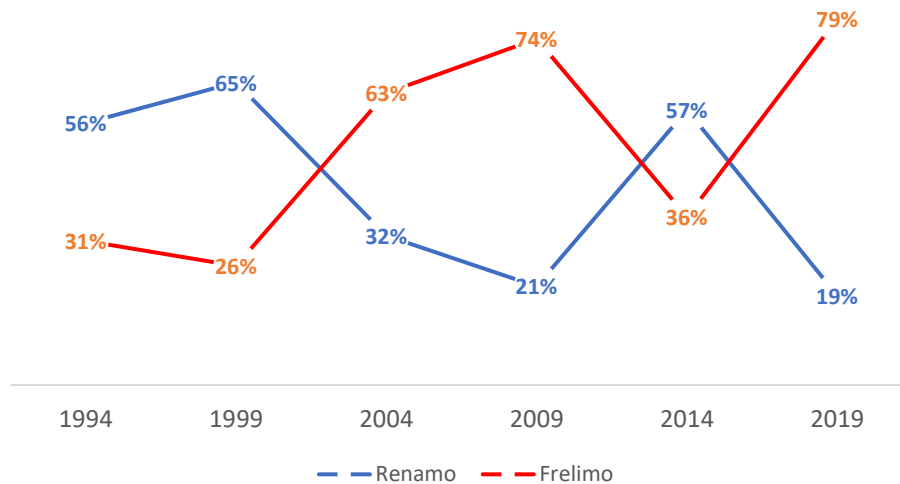
À semelhança de outros distritos, Chimbunila tem a agricultura familiar como a actividade principal da população. O distrito não tem nenhum serviço de transporte público, nem privado, estando a população dependente de iniciativas informais de transporte por meio de táxi-mota, que é o principal meio de transporte. Os serviços de energia eléctrica continuam a ser um grande desafio para as comunidades residentes no distrito de Chimbunila, na medida em que o acesso se limita, à semelhança dos serviços de água, às sedes dos postos administrativos, com algumas excepções, como é o caso, por exemplo, de Cholue, que tem energia, apesar de estar distante da sede do posto administrativo de Chimbunila-Sede.

Em relação ao comércio, o distrito depende, em grande medida, da cidade de Lichinga, onde a população tem adquirido bens do tipo mercearia, tanto para o consumo próprio como para a revenda em pequena escala, em barracas. No que se refere ao investimento privado, o distrito tem uma agência bancária do Banco Comercial de Investimentos – BCI, localizada em Chimbunila-Sede, para além de também contar com outro investimento nacional e estrangeiro no sector florestal, com destaque para a plantação de pinho e eucalipto, numa área de 103.406 hectares. É de referir que estes investimentos estão a ser feitos pelas empresas Florestas do Niassa, Chikwet Forest, Green Resoures e Florestas do Planalto do Niassa.

Os investimentos no sector florestal têm sido foco de conflito entre as empresas e a comunidade, por um lado, no uso da terra, situação que contribuiu para que o Governo suspendesse a emissão de novos DUATs (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra) às empresas, e, por outro, nos processos de recrutamento. Este último aspecto é caracterizado, principalmente, pela tensão entre os membros da comunidade e as lideranças locais nos processos de recrutamento, sendo que os primeiros acusam os segundos de privilegiarem os seus próximos quando fazem a selecção das pessoas para trabalhar nas empresas. Um outro tipo de conflito que se pode observar nos processos e dinâmicas de exploração florestal é entre as empresas e os trabalhadores por conta da precariedade dos contratos (sazonais), mas principalmente pelas condições precárias de trabalho, especificamente o salário (Ali, 2020).

Ainda sobre os conflitos, o distrito de Chimbunila tem indirectamente sido afectado pelas acções dos insurgentes em alguns distritos da região Norte de Moçambique, com destaque para a recepção de deslocados vítimas dos ataques armados.

Gráfico A – Eleições Legislativas - Chimbunila²



Fontes: CNE/STAE e Conselho Constitucional

De acordo com os dados oficiais, a Frelimo e a Renamo têm obtido vitórias alternadas ao longo do tempo (gráfico A). Durante o trabalho de campo, foi possível observar um certo nível de frustração dos residentes, incluindo por parte das lideranças locais, que se manifestam em relação ao incumprimento das promessas eleitorais e se sentem esquecidos pelo Governo.

² O gráfico apresenta apenas os resultados dos dois principais partidos. Na ausência de resultados oficiais publicados desagregados por distrito para o ano de 2019, os dados do gráfico para esse ano referem-se às eleições provinciais. Os restantes dados (1994, 1999, 2004, 2009 e 2014) referem-se aos resultados das eleições legislativas. Note-se que a votação nas eleições provinciais é muito próxima da votação nas eleições legislativas e presidenciais.

2. PERFIL DOS INQUIRIDOS

O questionário foi administrado a 654 cidadãos em Chimbunila, distribuídos por um número idêntico de mulheres e homens (tabela 1), representando os jovens³ também 50% dos inquiridos.

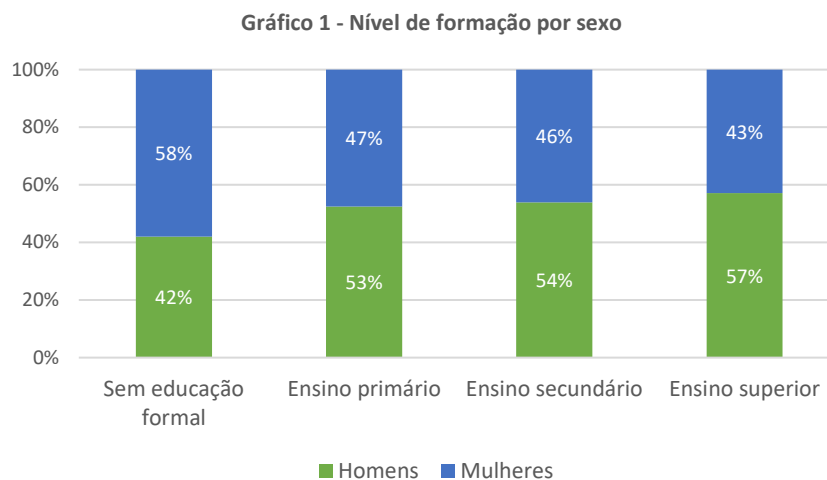
Tabela 1 - Informação sociodemográfica

		Nº	%
Sexo	Homens	327	50,0
	Mulheres	327	50,0
Idade	18 – 24	176	26,9
	25 – 34	221	33,8
	35 – 44	112	17,1
	45 - 54	75	11,5
	55 - 64	40	6,1
	65 +	30	4,6
Zona	Urbana	0	0,0
	Periurbana	0	0,0
	Rural	654	100,0
Religião	Católica	42	6,4
	Muçulmana	580	88,7
	Protestante	30	4,6
	Outra/nenhuma	2	0,3
Educação	Sem educação formal	181	27,7
	Ensino primário	299	45,7
	Ensino secundário	167	25,5
	Ensino superior	7	1,1
Ocupação	Camponeses, agricultores, pescadores	436	66,7
	Trabalhadores informais	96	14,7
	Trabalhadores assalariados	79	12,1
	Domésticas	20	3,1
	Estudantes	23	3,5

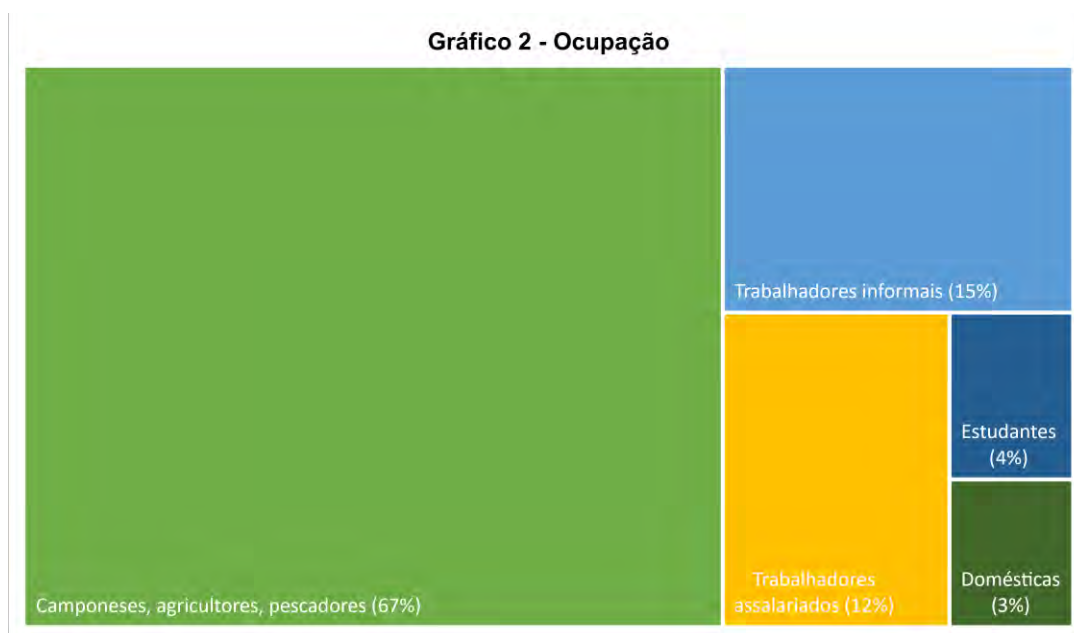
A religião muçulmana é dominante (89%), ocupando a religião católica o segundo lugar (6%). No que diz respeito ao nível de formação, perto de um terço dos inquiridos (28%) não têm nenhuma educação formal, cerca de metade (46%) têm o nível primário, um pouco mais de um quarto (26%) têm o nível secundário e uma pequena minoria (1%) têm o

³ Neste relatório, são considerados jovens os inquiridos com idade entre 18 e 30 anos. Note-se que a tabela 1 mostra classes de idade habitualmente usadas pelo Instituto Nacional de Estatística.

nível superior. Ao mesmo tempo, os dados mostram que não existe uma grande diferença no nível de escolaridade entre mulheres e homens, embora as mulheres representem a maioria (58%) no grupo sem escolaridade (gráfico 1).

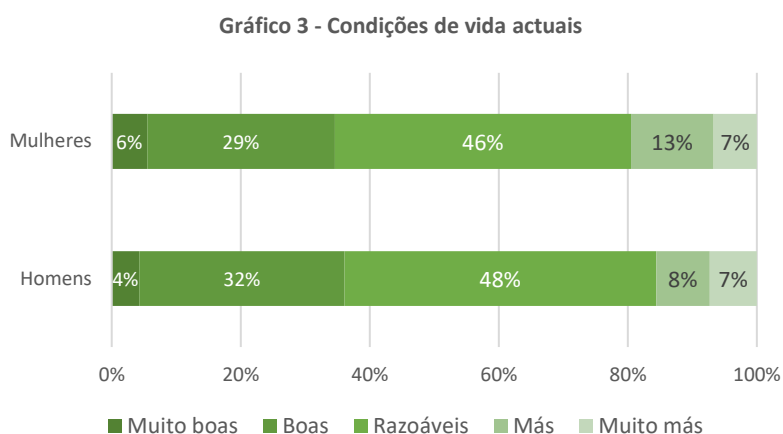


O gráfico 2 mostra que o principal grupo em termos de ocupação pertence ao sector informal da economia, ou seja, é constituído por camponeses, agricultores e pescadores (67%), aos quais se podem acrescentar os trabalhadores informais propriamente ditos (15%). O sector formal ocupa apenas 12% dos inquiridos, sendo de salientar que, destes, cerca de metade são funcionários do Estado, ou trabalhadores de empresas públicas. Isto significa que, em termos de emprego, o sector privado (cerca de 3%) é marginal no distrito.



3. INCLUSÃO

O nível de satisfação com as condições de vida actuais e uma perspectiva positiva para o futuro são indicadores do sentimento de inclusão. Neste campo, embora haja 82% dos inquiridos que consideram que as suas condições de vida são razoáveis, boas, ou muito boas, há 18% que as consideram más, ou muito más (gráfico 3).



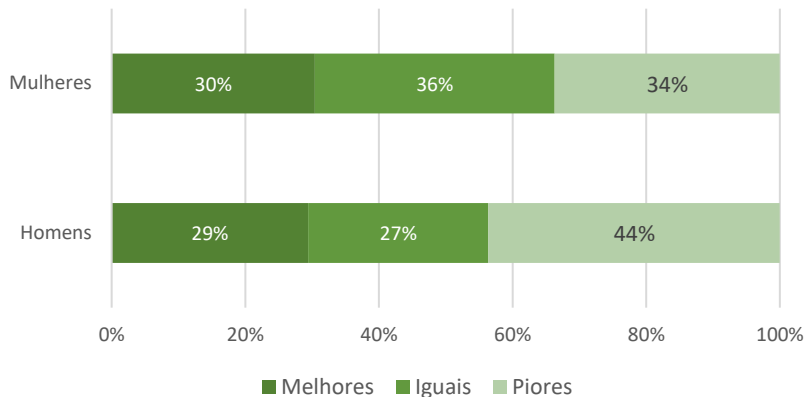
A avaliação sobre as condições de vida actuais é basicamente a mesma, independentemente do sexo, o mesmo se passando em termos da idade dos inquiridos. No entanto, existe uma pequena diferença em termos da ocupação, pois a avaliação é mais negativa (condições más ou muito más) para o grupo das domésticas (25%), dos camponeses, agricultores e pescadores (20%) e para os trabalhadores do sector informal (15%), que para os trabalhadores assalariados (10%) (tabela 2).

Tabela 2 – Condições de vida actuais (ocupação)

		Muito boas	Boas	Razoáveis	Más	Muito más
Ocupação	Camponeses, agricultores, pescadores	3,9%	28,2%	47,9%	11,9%	8,0%
	Trabalhadores informais	5,2%	39,6%	40,6%	7,3%	7,3%
	Trabalhadores assalariados	3,8%	24,1%	62,0%	7,6%	2,5%
	Domésticas	15,0%	30,0%	30,0%	15,0%	10,0%
	Estudantes	17,4%	56,5%	21,7%	4,3%	0,0%
Total		4,9%	30,4%	47,1%	10,6%	7,0%

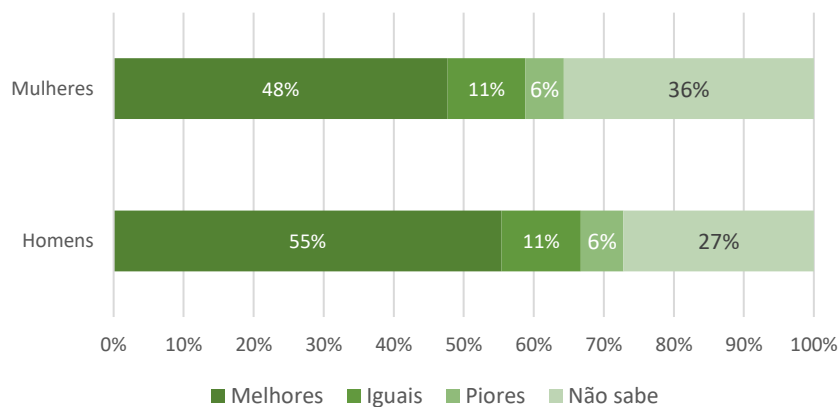
Sobre as condições de vida no passado (gráfico 4), há perto de um terço dos inquiridos (30%) que consideram que eram melhores, um número equivalente (31%) que acham que eram iguais e um pouco mais (39%) consideram que eram piores.

Gráfico 4 - Condições de vida no passado



Em relação ao futuro, embora uma boa parte dos inquiridos diga que não sabe qual será a sua situação, verifica-se que os homens tendem a ter uma opinião mais contrastada que a das mulheres. Eles são mais otimistas que as mulheres, pois são 55% a esperar melhores condições, em relação a apenas 48% da parte das mulheres. É no seio das mulheres que se registam as maiores dúvidas sobre como será o futuro (36%, contra 27% dos homens responderam que não sabiam) (gráfico 5).

Gráfico 5 - Condições de vida no futuro



As expectativas em relação ao futuro variam também em função da idade e da ocupação, conforme se pode ver nas tabelas 3 e 4.

Tabela 3 – Condições no futuro (idade)

		Melhores	Iguais	Piores	Não sabe
Idade	Jovens (18-30)	60,1%	11,3%	4,3%	24,2%
	Não jovens (31 +)	42,9%	11,0%	7,4%	38,7%
Total		51,5%	11,2%	5,8%	31,4%

Os mais jovens demonstram um optimismo em relação ao futuro superior ao dos menos jovens: eles são 60% a considerar que as suas condições de vida serão melhores, contra apenas 43% para os mais velhos; e, 4% a considerar que serão piores, para 7% por parte dos mais velhos. São também os mais velhos que têm mais dúvidas em relação ao futuro: 39% para apenas 24% no seio dos mais jovens.

No entanto, o optimismo manifestado pelos mais jovens deve ser relativizado, a medida em que nas entrevistas e discussões em grupos focais os jovens mencionam que as suas condições de vida no presente e no futuro ficam negativamente afectadas pelo desemprego. Esta situação pode propiciar a abertura de espaço para descontentamentos colectivos, como já se observa entre os residentes do bairro de Mpombe que se recusam – incluindo com recurso à violência – a aceitar a presença do Governo no seu bairro porque já perderam a confiança nas instituições.

Tabela 4 – Condições no futuro (ocupação)

		Melhores	Iguais	Piores	Não sabe
Ocupação	Camponeses, agricultores, pescadores	47,2%	12,7%	6,2%	33,9%
	Trabalhadores informais	57,3%	7,3%	8,3%	27,1%
	Trabalhadores assalariados	69,6%	10,1%	3,8%	16,5%
	Domésticas	35,0%	0,0%	0,0%	65,0%
	Estudantes	60,9%	13,0%	0,0%	26,1%
Total		51,5%	11,2%	5,8%	31,4%

Os trabalhadores assalariados, fazem claramente parte de uma categoria social relativamente privilegiada e são os que apresentam um maior optimismo em relação ao futuro: 70% pensam que as suas condições de vida no futuro serão melhores.

Uma segunda dimensão do sentimento de inclusão é o sentimento sobre o eventual nível de discriminação praticado pelas autoridades em relação aos cidadãos. Os dados apresentados no gráfico 6 mostram que um pouco mais de um terço dos inquiridos consideram que o Governo nunca trata as pessoas de forma igual, quer seja em termos de filiação partidária, de religião, de zona de origem, ou de etnia. Estes dados parecem exprimir mais uma frustração e insatisfação com o Governo que um julgamento sobre eventuais práticas de discriminação. No entanto, não se pode ignorar a existência de um sentimento de discriminação, se tomarmos em consideração a percepção de alguns participantes nas discussões em grupos focais que afirmam que o Governo tem privilegiado alguns bairros em detrimento de outros. Por exemplo, os residentes do bairro de Mpombe questionam os critérios de provisão de serviços públicos aos bairros. Isto é, para eles não faz sentido que bairros mais rurais tenham sido beneficiados com a provisão de serviços públicos, como, por exemplo, água e energia, enquanto os residentes do bairro de Mpombe, junto à estrada principal, continuam sem ter acesso a estes serviços. Este sentimento de discriminação tem contribuído para que os residentes deste bairro questionem a sua identidade nacional, ou seja, se esta discriminação se deve ao facto de o Governo assumir que eles são malawianos e não moçambicanos, como está explícito no excerto de uma

discussão em grupo focal com os residentes de Mpombe: “Não percebo, porque primeiro estamos na estrada, mas Choloe⁴, Macatandica, mais para o interior, tem energia, mas aqui não. Porquê? Afinal aqui é Moçambique ou Malawi? Será que a comunidade de Mpombe é malawiana ou moçambicana?”⁵

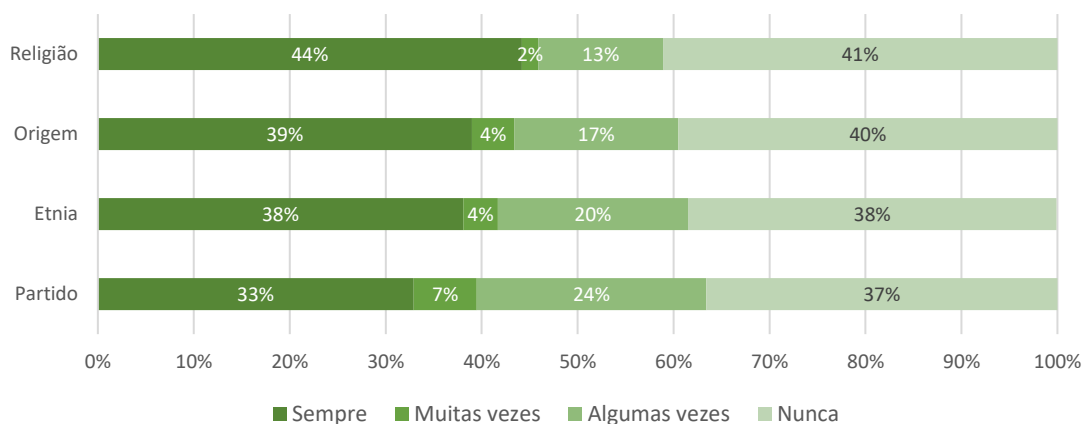
Ainda nesta discussão, um outro participante, sem fazer referência a qualquer serviço específico, manifestou o seu sentimento de discriminação, mesmo depois de apresentar e pedir a intervenção do Governo na resolução dos problemas da comunidade, nos seguintes termos:

*Aqui na comunidade existem umas dez pessoas que se reúnem para avaliar, seleccionar e organizar as mensagens de preocupação da comunidade para depois ir ao Governo, em Chimbunila, apresentar as preocupações [...] mas o problema é que quando procuram resolver os nossos problemas têm desviado a solução para outros bairros, como é o caso de Lionde.*⁶

Sentimento semelhante também pode ser observado num outro grupo focal no bairro de Naicuanha em que um dos participantes se mostra frustrado em relação aos critérios de selecção dos locais a electrificar no distrito de Chimbunila, questionando nos seguintes termos,

A Electricidade de Moçambique (EDM) veio deixar postes para instalação de energia, mas depois de alguns meses a própria EDM veio buscar os postes e nunca se preocupou em explicar [...] tinham sítios que deveriam ter energia, como é o caso de Cholue e Meponda, mas nós aqui em Naicuanha ainda não temos [energia]. Nós sentimos esta exclusão [no acesso à energia] [...] Como é que isto está a acontecer se é o mesmo Governo?!⁷

Gráfico 6 - Você acha que o Governo trata as pessoas de forma igual, sem olhar para ...



⁴ Importa dizer que, apesar de Choloe estar mais para o interior, nos pareceu muito mais desenvolvido em termos de serviços e infraestruturas que o bairro de Mpombe.

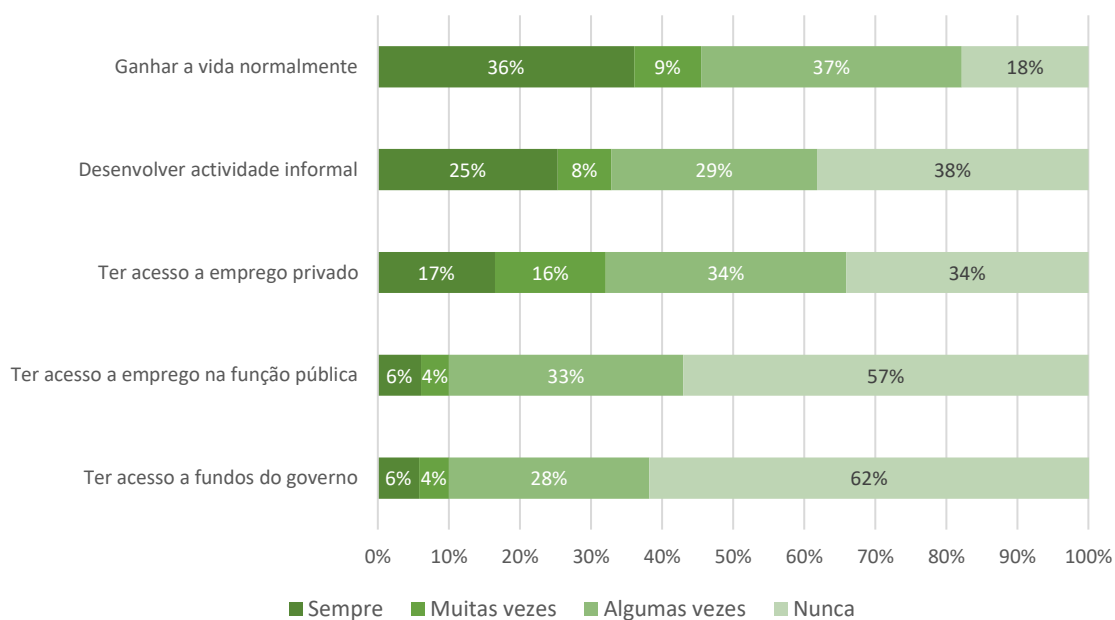
⁵ Um participante da discussão em grupo focal no bairro de Mpombe, 24 de Fevereiro de 2022.

⁶ Idem.

⁷ Uma participante da discussão em grupo focal no bairro Naicuanha, 24 de Fevereiro de 2022.

O sentimento de as pessoas não terem as mesmas oportunidades no campo socioeconómico é partilhado por uma parte significativa dos inquiridos. Assim, a percepção sobre a igualdade de oportunidades nas diferentes áreas (gráfico 7) mostra que só a possibilidade de ganhar a vida de forma normal é considerada com um certo equilíbrio, havendo 46% dos inquiridos que consideram que existe sempre, ou muitas vezes, essa igualdade e 18% que consideram que nunca existe. Em todas as restantes áreas predomina uma visão negativa sobre a existência de igualdade de oportunidades, havendo nomeadamente 62% dos inquiridos que consideram que nunca existe essa igualdade no que se refere à possibilidade de ter acesso a fundos do Governo e 57% de ter acesso a emprego na função pública.

Gráfico 7 - Você sente que as pessoas têm as mesmas oportunidades para...



4. SEGURANÇA E PROTECÇÃO

Quase dois terços dos inquiridos (65%) têm um sentimento de segurança elevado no seu local de residência, enquanto apenas 9% nunca se sentem em segurança, como se pode ver no gráfico 8. Não existem sobre este assunto grandes diferenças em termos de sexo ou idade.

Não obstante existir este sentimento de segurança, de uma forma geral⁸, os habitantes de Chimbunila sentem que a tranquilidade tende a reduzir devido ao aumento de assaltos e criminalidade.

Para alguns entrevistados e participantes das discussões em grupos focais, os assaltos e a criminalidade em Chimbunila estão também ligados à circulação de comboio na via Nampula - Lichinga.⁹ Como afirma um dos participantes da discussão em grupo focal,

Quando circulava o comboio a criminalidade era muito alta, mas não eram pessoas nativas, eram “vientes”, saíam de Nampula para aqui, para roubar bens como motas e até matar para o mesmo fim. Mas desde que o comboio parou de circular que a criminalidade também reduziu.¹⁰

Já os participantes do grupo focal de Naicuanha não identificam uma causa. No dizer de um dos participantes: “a nível da comunidade há esta questão de criminalidade aqui. Recentemente temos sofrido assaltos, principalmente quando se sai daqui, em Naicuanha, em direcção a Lundi, as pessoas são assaltadas e tiradas motas”.¹¹

No que se refere aos ataques do Al Shabaab, as entrevistas e discussões em grupos focais mostram uma certa preocupação por parte das populações locais por causa dos ataques armados que assolam alguns distritos de Cabo Delgado, mas sobretudo devido ao seu alastramento para Niassa, concretamente para o distrito de Mecula, nos primeiros meses de 2022. A este propósito, um participante de um dos grupos focais mencionou:

Mecula para Chimbunila é muito perto. Não dormimos tranquilos. Chegou uma fase em que outras pessoas abandonaram as suas machambas para ir ficar na sede de Chimbunila. Ficamos com medo dos ataques chegarem aqui em Chimbunila, principalmente em Mpombe.¹²

Um dos medos que nos consome ultimamente são os ataques de Al Shabaab em Cabo Delgado. Desde que começaram os ataques não estamos seguros. A qualquer momento os homens de Al Shabaab podem chegar aqui em Chimbunila [...] Se por acaso virmos alguém estranho na comunidade temos orientações do

⁸ Com base nas conversas informais, entrevistas, observação e discussões em grupos focais que fomos tendo durante todo o trabalho de campo.

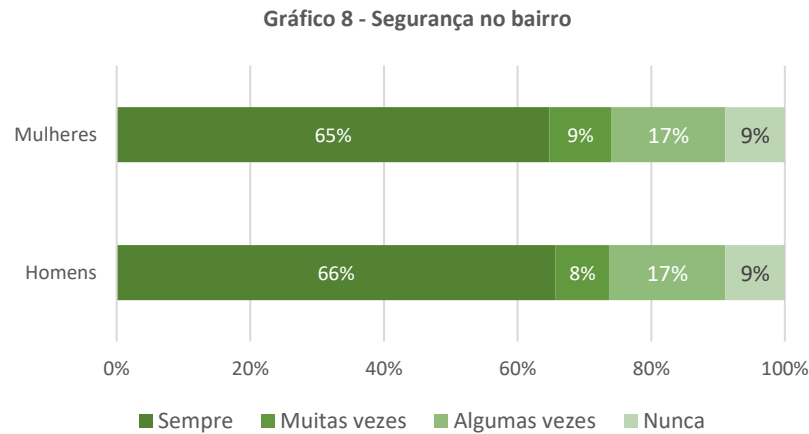
⁹ Em relação ao comboio, importa referir que o mesmo não estava a circular por motivos de avaria aquando da pesquisa no distrito de Chimbunila.

¹⁰ Um participante da discussão em grupo focal do bairro de Mpombe, 24 de Fevereiro de 2022.

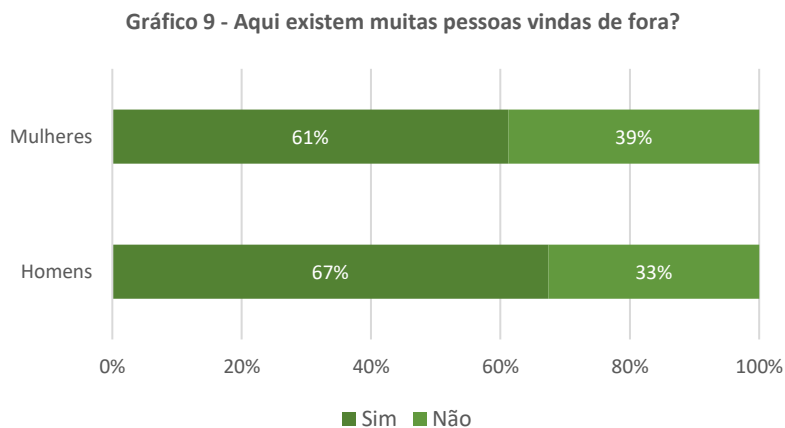
¹¹ Um participante da discussão em grupo focal do bairro de Naicuanha, 24 de Fevereiro de 2022.

¹² Uma participante da discussão em grupo focal do bairro de Mpombe, 24 de Fevereiro de 2022.

secretário para investigar saber de onde vem, onde vive [para saber se tem ou não ligações com Al Shabaab].”¹³



No que diz respeito à existência de pessoas originárias de outras zonas, existe alguma diferença de apreciação em termos de idade e sexo: os homens e os jovens são 67% a declarar que existem muitos migrantes, contra apenas 61% das mulheres e dos mais velhos (gráfico 9).



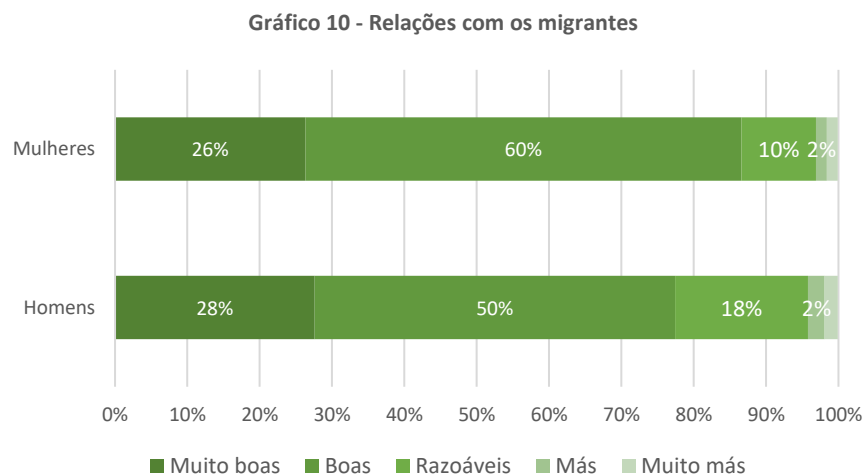
A principal razão apontada para a presença dos migrantes é de ordem económica (75%), seguida da guerra (18%). Porém, a convivência com os migrantes não parece ser difícil, pois 82% consideram-nas muito boas, ou boas e apenas 4% dos inquiridos consideraram que as relações eram más, ou muito más (gráfico 10).

Sobre as pessoas que vem de fora é importante destacar o casamento como uma das razões para sua vinda, se tivermos em atenção que estas sociedades são na sua maioria matrilineares, sendo que os homens são obrigados, por regra, a mudar-se para a casa da mulher por um período não inferior a dois anos. Como fica explícito na fala de um

¹³ Um participante da discussão em grupo focal do bairro de Naicuanha, 24 de Fevereiro de 2022.

dos participantes da discussão em grupo focal, “os *vientes* daqui de Naicuanha praticamente são resultado de casamentos, quando o homem vem casar aqui e acabam por ficar.”¹⁴

Durante este período, o homem, neste caso o genro, deve construir uma casa no terreno (ou no terreno contíguo) da família da mulher, bem como ajudar em outras tarefas de sustento.



A existência de conflitos violentos na zona foi apontada por apenas 3% dos inquiridos. Dos 19 inquiridos que responderam que existiam conflitos, 9 referiram problemas relacionados com terra, água ou gado e 6 referiram problemas ligados a grupos armados, ou Al Shabaab.

Em relação aos conflitos violentos, as entrevistas e discussões em grupos focais sugerem que a questão do acesso à terra é central, na medida em que os conflitos são caracterizados pela expropriação da terra aos nativos para ceder às empresas privadas, sobretudo a empresa que cultiva a macadâmia em grande escala. Como afirma um dos participantes: “estamos a ser arrancados a terra para vender para estes de macadâmia.”¹⁵ Ainda sobre esta questão existe uma percepção localmente partilhada, segundo a qual a expropriação acontece com a conivência das autoridades, desde o nível do bairro, isto é, o secretário de bairro, até ao nível do Governo do distrito ou até mesmo da província.

Apesar de o conflito no Norte de Moçambique ter alguma dimensão religiosa, a maioria dos participantes nesta pesquisa não associa o conflito a factores religiosos. Isso pode ser um indicador importante de baixa probabilidade de violência intercomunitária e de forte coesão social horizontal.

No entanto, há relatos de um pastor, no passado, ter sido vítima da fúria popular pelo facto de as populações locais não concordarem com as práticas religiosas da sua igreja, tal como afirma um dos participantes da discussão em grupo focal:

¹⁴ Um participante da discussão em grupo focal do bairro de Naicuanha, 24 de Fevereiro de 2022.

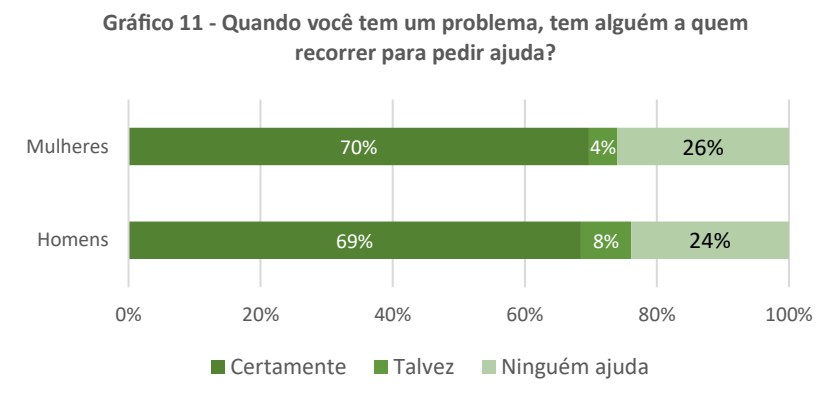
¹⁵ Uma participante da discussão em grupo focal do bairro de Mpombe, 24 de Fevereiro de 2022.

Em Naicunha, em 1997/8, uma igreja foi queimada porque a forma de rezar já não tem nada que ver com práticas religiosas, já não era igreja. As pessoas iam se reunir lá para manter relações [...] então as pessoas de Naicunha decidiram queimar para acabar com estas práticas feias.¹⁶

¹⁶ Um participante da Discussão em Grupo Focal do bairro de Mpombe, 24 de Fevereiro de 2022.

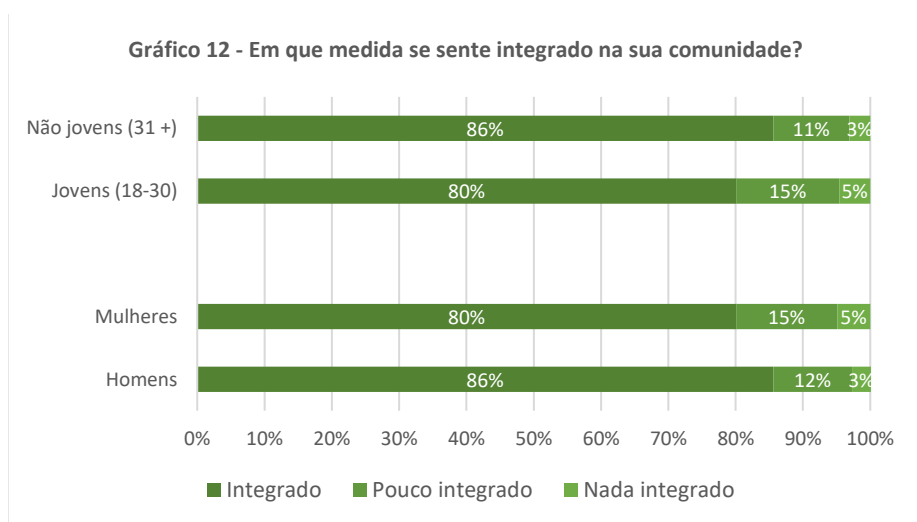
5. CONFIANÇA NOS OUTROS

Embora a maioria dos inquiridos (69%) tenham a certeza de receber ajuda em caso de problema, é de realçar o facto de haver 25% que afirmam que ninguém ajuda (gráfico 11).



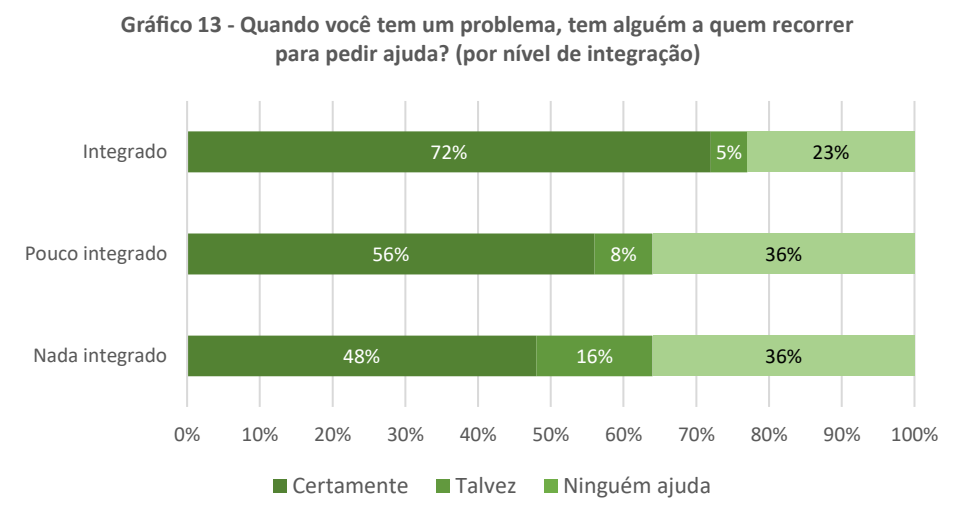
Ao mesmo tempo, existe um grupo dos inquiridos que se consideram pouco (13%), ou nada (4%), integrados na comunidade em que vivem, com uma ligeira tendência para os homens e os mais velhos se sentirem mais integrados que as mulheres e os jovens (gráfico 12).

As entrevistas e discussões em grupos focais sugerem que o sentimento de pouca integração é forte nos jovens e que, em grande medida, resulta da falta de oportunidades de emprego. A este propósito, um dos entrevistados mencionou “aqui não acontece nada. É só acordar, sentar e às vezes tentar um biscate. Se não fazer biscate é só viver de machamba”¹⁷.



¹⁷ Conversa com alguns jovens aquando do processo de identificação dos locais de administração dos questionários. Bairro Mussa, 14 de Fevereiro de 2022.

Como se pode verificar no gráfico 13, é sobretudo entre os que se dizem pouco e nada integrados na comunidade que domina a ideia de que talvez, ou ninguém ajuda.



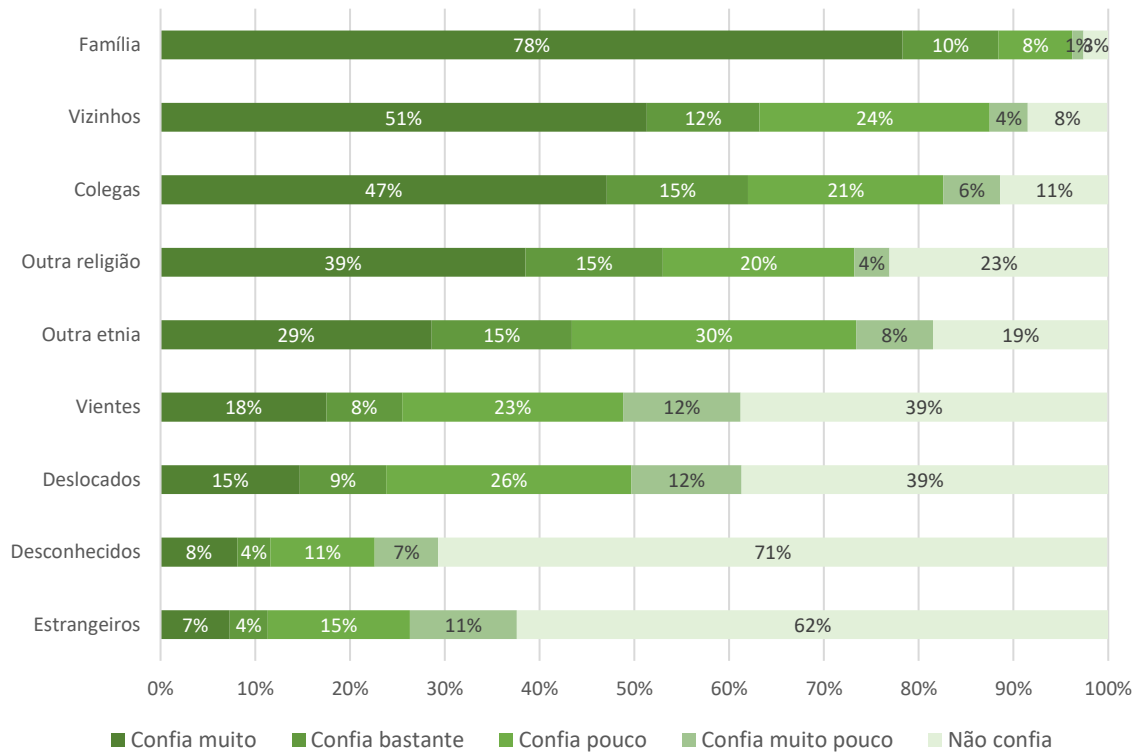
As entrevistas e discussões em grupos focais sugerem que existe um alto nível de solidariedade entre os membros da comunidade. Esta solidariedade é manifestada em diferentes circunstâncias e formas como, por exemplo, nas cerimónias fúnebres, quando os membros da comunidade organizam contribuições para ajudar a família em dinheiro, bens alimentares, materiais ou de outra forma. Solidariedade semelhante também se observou nos casos em que as comunidades tiveram de acolher os deslocados dos ataques terroristas em Cabo Delgado. Neste caso, a comunidade procurou organizar a sua ajuda, por exemplo, em bens alimentares, roupa, cobertores e outros. Um outro exemplo de solidariedade que se pode referir é nos casos de assalto, em que a comunidade, devido à falta de polícia, se organiza:

Existe uma solidariedade entre nós. Por exemplo, quando alguém é assaltado e levado a mota, os jovens saem à procura pelo distrito, pelas matas. Quando encontram o assaltante, procuramos punir directamente, chamboco mesmo, só depois é que informam a polícia do incidente.¹⁸

O nível de confiança nos outros é muito variável, podendo considerar-se a existência de quatro níveis de confiança distintos: em primeiro lugar, a família (apesar de haver 12% dos inquiridos que dizem confiar pouco, muito pouco ou nada, nos membros da sua família); em segundo lugar, os vizinhos, colegas e membros de outras religiões; em terceiro lugar, os membros de outros grupos étnicos, “vientes” e deslocados; e, por fim, os desconhecidos e os estrangeiros (gráfico 14).

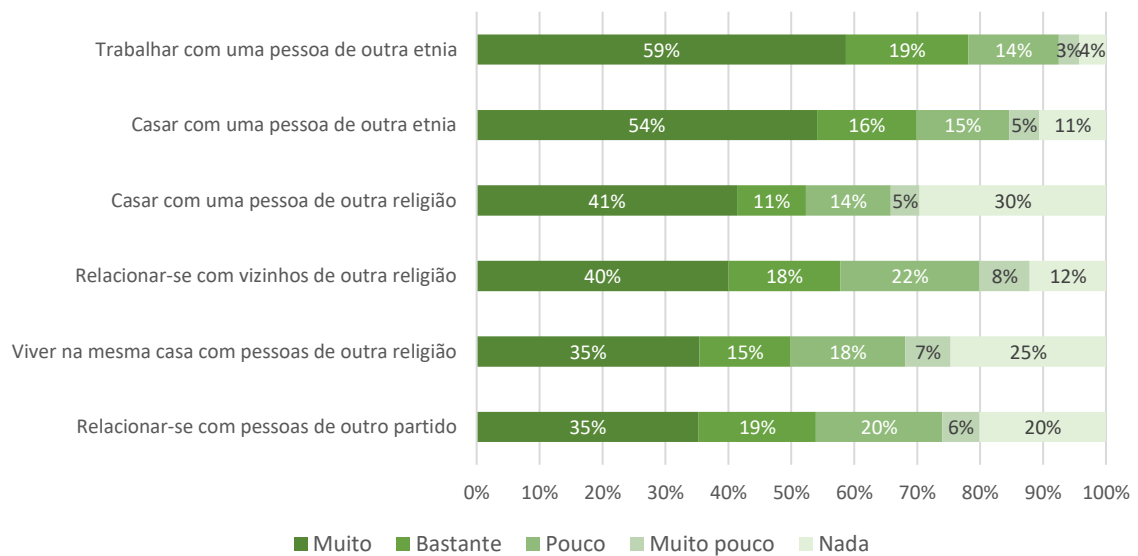
¹⁸ Um participante da discussão em grupo focal do bairro de Naicuanha, 24 de Fevereiro de 2022.

Gráfico 14 - Confiança nos outros



O nível de desconfiança em relação aos dois últimos grupos é muito elevado e indica a predominância de comunidades rurais e relativamente fechadas. Ao mesmo tempo, os valores observados a propósito da religião dão a entender que esta, por si só, não constitui um factor relevante de divisão ou tensão social.

Gráfico 15 - Relacionamento com os outros



O gráfico 15 mostra que a convivência com pessoas de outra religião não parece ser um grande problema: apenas 12% dos inquiridos afirmam que não se sentem nada confortáveis com isso e 25% dos inquiridos afirmam que não se sentiriam nada confortáveis em viver na mesma casa com pessoas de outra religião. Porém, quando se trata da hipótese de casar com uma pessoa de religião diferente, a percentagem de inquiridos que declaram não concordar nada com isso aumenta para 30%.

As entrevistas e as discussões em grupos focais mostram que existe alguma tensão entre os muçulmanos e outras crenças religiosas, como foi descrito na secção sobre “conflito e violência”.

A pertença étnica também não parece constituir um grande problema para os inquiridos, pois a perspectiva de trabalhar com pessoas de outra etnia suscita apenas a discordância total por parte de 4% e a ideia de casar com uma pessoa de outra etnia suscita a rejeição de 11% dos inquiridos, que não concordam nada com isso. A este propósito, um dos participantes numa das discussões em grupos focais referiu o seguinte:

Esta é uma terra dos Ajaua. Quando encontrar outros grupos étnicos é porque vieram trabalhar nas machambas deles que tem aqui em Mpombe [...] mas a relação com os outros grupos étnicos aqui é boa. Apesar de eles optarem por viver junto das suas machambas. A relação é tipo familiar, até partilham coisas como sal entre nós e os grupos étnicos “vientes”. Mas estes quando terminam as suas colheitas vão embora, voltam para as suas terras.¹⁹

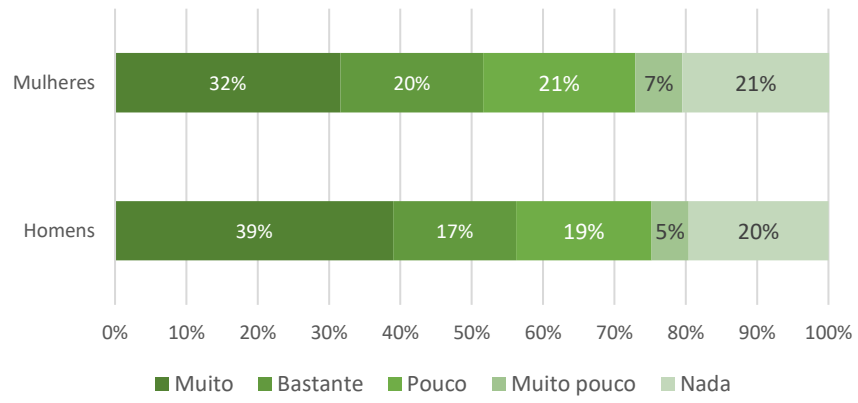
Curiosamente, o relacionamento com pessoas simpatizantes de outro partido parece ser um problema para os inquiridos, transmitindo a ideia da existência de um alto nível de intolerância política: 20% dos inquiridos não concordam nada em se relacionar com pessoas de outro partido, 6% concordam muito pouco e 20% concordam pouco (gráfico 16).

Sobre a intolerância política, as entrevistas e discussões em grupos focais sugerem que existe um sentimento de frustração em relação ao partido no poder ao ponto de um dos participantes – e com consentimento de todos os outros participantes – da discussão afirmar que não querem mais que os processos eleitorais incluam o seu bairro. Como se pode perceber no excerto da discussão, “não queremos mais eleições aqui na nossa comunidade porque eles não fazem nada para o nosso bem.”²⁰

¹⁹ Um participante da discussão em grupo focal no bairro de Mpombe, 24 de Fevereiro de 2022.

²⁰ Idem.

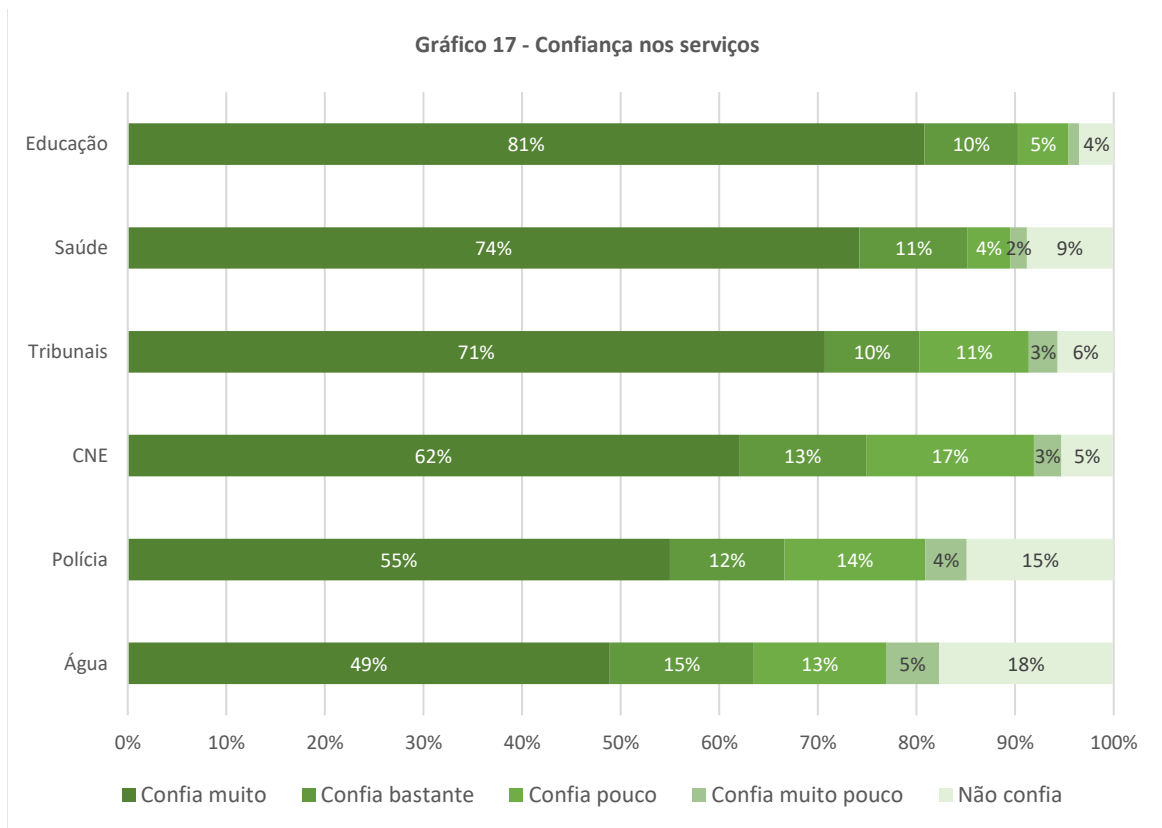
Gráfico 16 - Relacionamento com pessoas de outro partido



6. CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

Nesta secção, dedicada à confiança nas instituições, os resultados do inquérito são apresentados em três grupos: confiança em relação a serviços públicos, a instituições políticas locais e a instituições políticas de nível provincial e nacional.²¹

Em Chimbunila, a maior confiança (gráfico 17) regista-se em relação aos serviços de educação (81% dos inquiridos confiam muito), seguidos dos serviços de saúde (74%) e dos tribunais (71%). Os serviços que suscitam menos confiança são os serviços de água (18% dos inquiridos não confiam) e a polícia (15%).



Em relação aos serviços, as discussões em grupos focais mostram alguma frustração em relação às infraestruturas que são precárias e/ou inexistentes, bem como pelo não cumprimento das promessas feitas pelo Governo. Por exemplo, para os serviços de educação, parte considerável das escolas é de construção precária, não há carteiras, não têm água potável, entre outros. Além disso, a assiduidade é muito baixa, pois os alunos abandonam as escolas em pleno período lectivo, segundo os entrevistados, para prestar ajuda aos seus pais em outras actividades, sobretudo na machamba.

²¹ Os valores apresentados foram calculados excluindo as respostas “não conhece” e “não sabe”.

*A escola que está em Mpombe fomos nós que construímos [...] não tivemos nenhum apoio do Governo. Para resumir, o Governo aqui nesta comunidade não tem feito nada. [...] mesmo para chegar aqui, o Governo não chegava para falar connosco.*²²

Para os serviços de saúde, também também existe algum nível de descontentamento entre os entrevistados, principalmente por causa do mau atendimento e da falta de unidades sanitárias, incluindo a falta de uma “casa mãe espera” na unidade hospital de Chimbunila. Como fica explícito em dois excertos nas discussões em grupo focais, em Naicuanha: “Não temos hospitais, nem APE’s [Agentes Polivalentes Elementares] (...) é um desafio sair daqui até Lumbi, que é a unidade de saúde mais próxima daqui”²³ e também na sede do distrito de Chimbunila:

*Este nosso distrito aqui não tem hospital, só tem um posto de saúde. Mas os outros distritos têm hospital, como, por exemplo, Lichinga e Sanga. Até hoje nós não temos, o Governo só promete.... Não sei por que razão distritos menores têm e nós, que somos maiores, não temos hospital [...] até chegamos a falar com o Presidente da vez que veio para aqui... ele prometeu afirmando que será contemplado no programa "um distrito, um hospital", mas até hoje não tem nada, onde deveria estar o hospital é mata.*²⁴

No que se refere à água, à semelhança dos outros serviços, os entrevistados mostram-se descontentes porque não têm acesso à água potável e são obrigados a recorrer a poços artesanais, rios e lagos para adquirir água para o seu consumo: “aqui a vida está difícil. Não existem fontes de água. Para beber água, temos que ir ao rio ou outros sítios [fontes alternativas] naturais”.²⁵

Quanto à polícia, as entrevistas e discussões em grupos focais sugerem que também existe algum descontentamento: “quando encontramos um assaltante, procuramos punir directamente, chamboco mesmo, só depois é que informamos a polícia sobre o incidente, como também entregamos o bandido.”²⁶

No que diz respeito às lideranças locais (gráfico 18), é de destacar que são os líderes religiosos que beneficiam de maior confiança: 72% dos inquiridos disseram confiar muito neles. Os líderes tradicionais ocupam a última posição, com 62% de inquiridos que confiam muito. Numa posição intermédia estão o Conselho Consultivo Distrital e os secretários de bairro ou localidade.

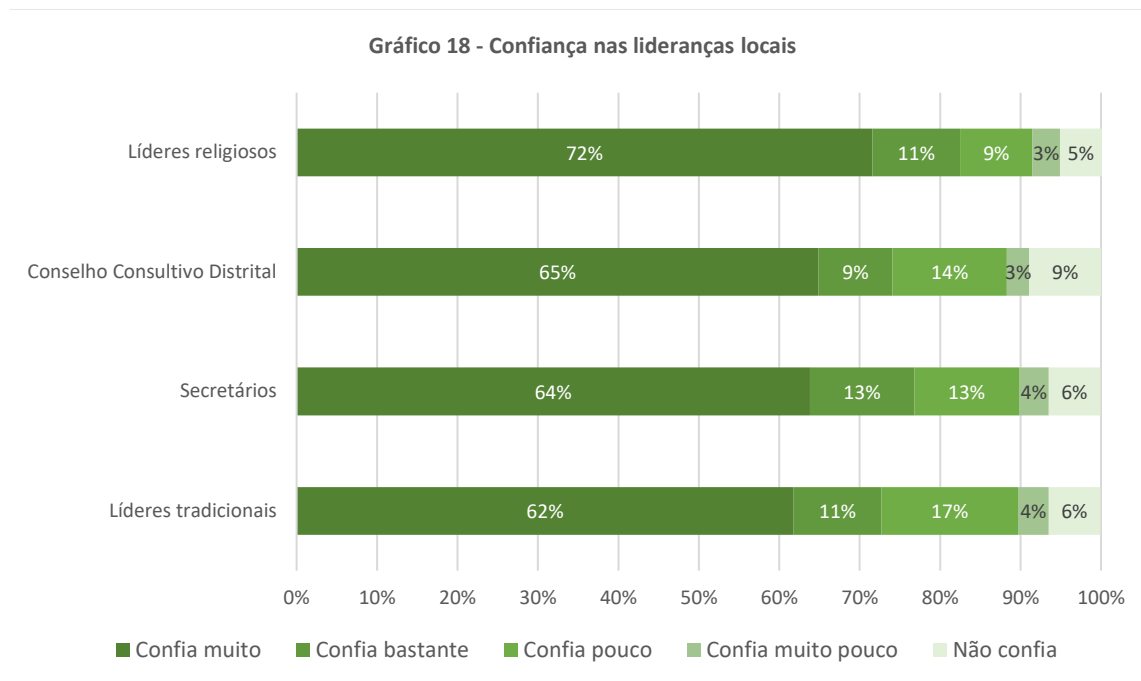
²² Um participante da discussão de grupo focal no bairro de Mpombe, 24 de Fevereiro de 2022.

²³ Uma participante da discussão em grupo focal no bairro de Naicuanha, 24 de Fevereiro de 2022.

²⁴ Um participante da discussão em grupo focal no bairro sede de Chimbunila, 26 de Fevereiro de 2022.

²⁵ Uma participante da discussão em grupo focal no bairro de Naicuanha, 24 de Fevereiro de 2022.

²⁶ Um participante da discussão em grupo focal no bairro de Naicuanha, 24 de Fevereiro de 2022.



Em termos de confiança na liderança a nível provincial e nacional (gráfico 19), o Governador Provincial é quem inspira maior confiança (77% confiam muito), seguido do Presidente da República (74%). O Secretário de Estado e a Assembleia da República ocupam uma posição intermédia (71% e 69%, respectivamente) e a Assembleia Provincial apenas recolhe muita confiança de 67% dos inquiridos.

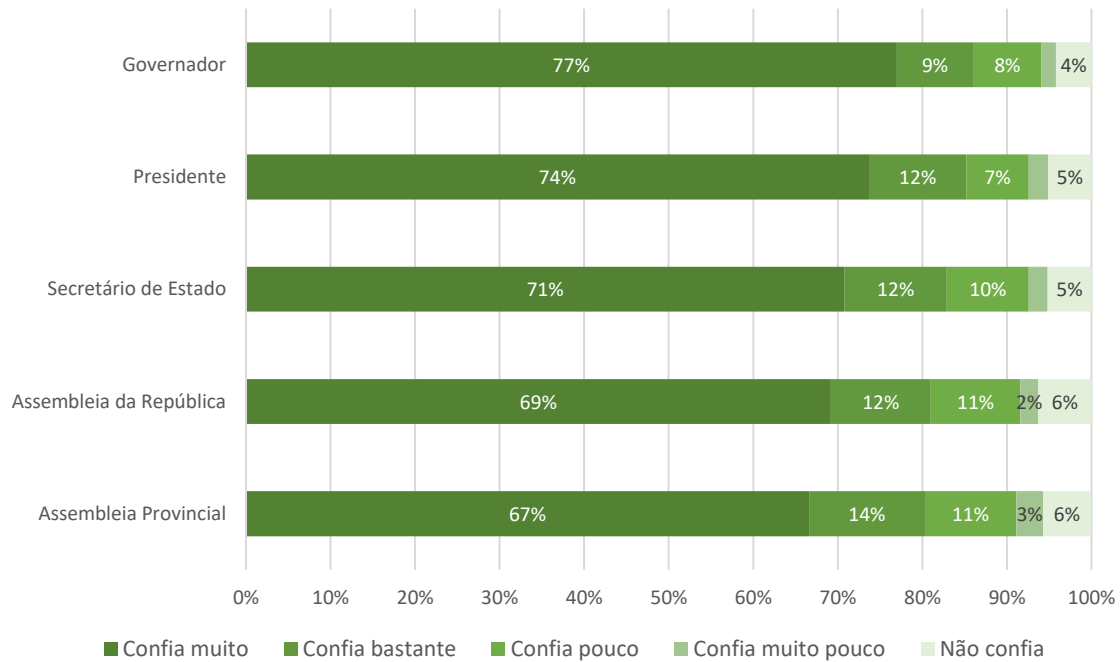
Em alguns casos pode-se identificar baixos níveis de confiança devido à incapacidade das lideranças em resolver os problemas da comunidade: “o Chefe do Posto não tem capacidade para gerir os problemas da comunidade, enquanto nas comunidades vizinhas já têm energia”²⁷. Um outro participante do mesmo grupo acrescentou que seria melhor banir estas autoridades: “estas autoridades [incluindo os Governos locais] fazem muitas promessas, mas não cumprem com nenhuma delas. Por causa disso queremos abolir os secretários e outras estruturas do Governo”.²⁸

A frustração estende-se, igualmente, aos órgãos eleitorais (Comissão Nacional de Eleições – CNE e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral – STAE), ao ponto de alguns entrevistados afirmarem nas conversas informais que não pretendem votar, nem ver montadas assembleias de voto no seu bairro, e caso isso aconteça, eles mesmos irão expulsar os membros destes órgãos com recurso à violência, se necessário.

²⁷ Um participante da discussão de grupo focal no bairro de Mpombe, distrito de Chimbonila, 24 de Fevereiro de 2022.

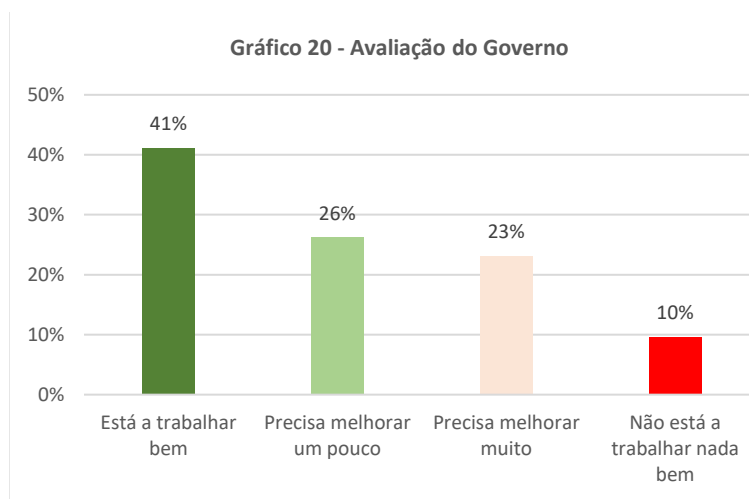
²⁸ Idem.

Gráfico 19 - Confiança na liderança provincial e nacional



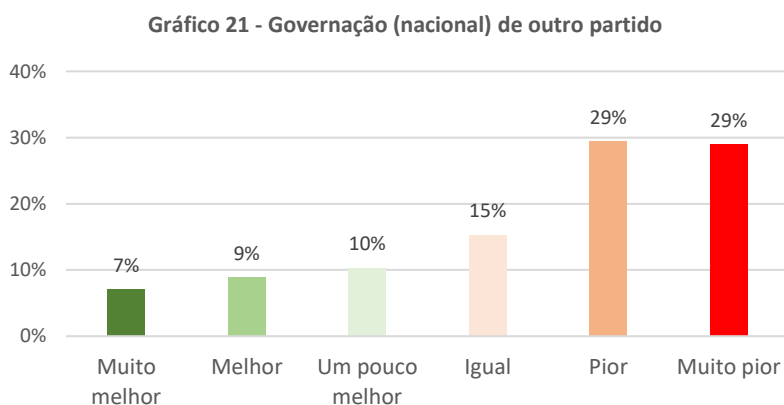
7. REPRESENTAÇÃO

Em Chimbunila, a avaliação que os inquiridos fazem da acção do Governo mostra que existe um certo grau de insatisfação, pois 23% pensam que o Governo precisa de melhorar muito e 10% pensam que não está a trabalhar nada bem (gráfico 20).



No entanto, apesar do grau de insatisfação acima referido, apenas 26% dos inquiridos consideram que a governação de outro partido seria muito melhor, melhor, ou um pouco melhor, 15% pensam que seria igual e 58% que seria pior, ou muito pior (gráfico 21)²⁹.

As entrevistas e discussões em grupos focais mostram que existe algum desgaste do partido no poder, o que faz com que se comece a aceitar a alternância política: “nós confiamos no Governo, mas não nas pessoas que trabalham no Governo”³⁰.



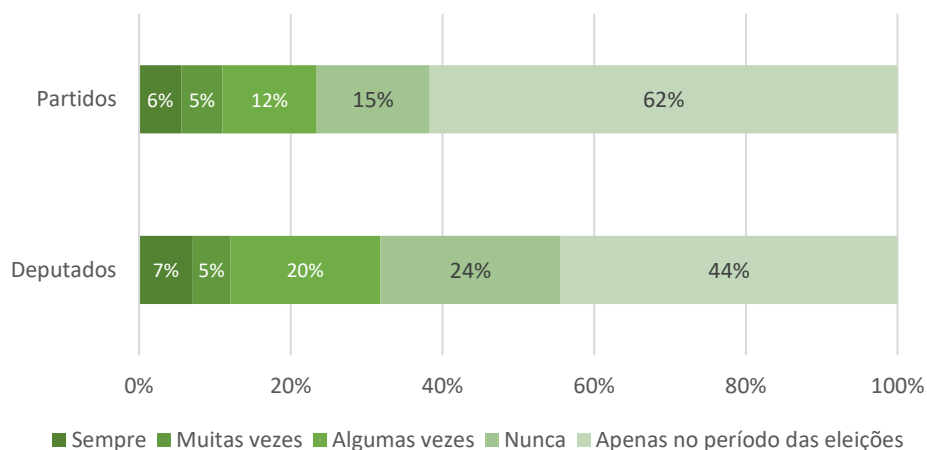
²⁹ Foram excluídos dos cálculos os 14% dos inquiridos que responderam “não sabe”.

³⁰ Um dos participantes da discussão em grupo focal no bairro sede do distrito de Chimbunila, 26 de Fevereiro de 2022.

Em consonância com a insatisfação observada, existe uma ideia dominante entre os inquiridos que os partidos e os próprios deputados da Assembleia da República apenas manifestam interesse pelas opiniões dos cidadãos no período das eleições. Só pouco mais de 10% dos inquiridos exprimem a ideia de que os partidos e os deputados se interessam sempre, ou muitas vezes, pelas opiniões dos cidadãos (gráfico 22).

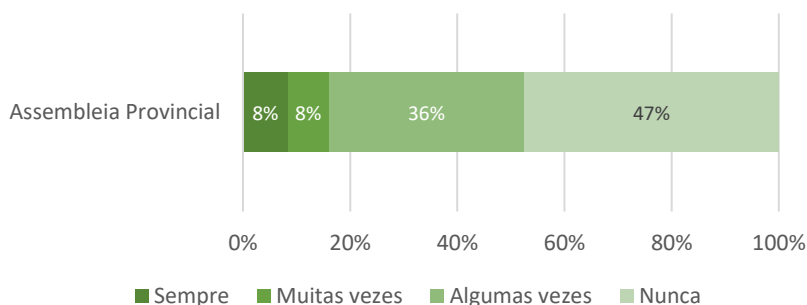
No entendimento dos entrevistados, quando as visitas acontecem é porque se está em período eleitoral: *“estes do Governo só vêm para aqui no período eleitoral.”*³¹

Gráfico 22 - Interesse pelas opiniões dos cidadãos



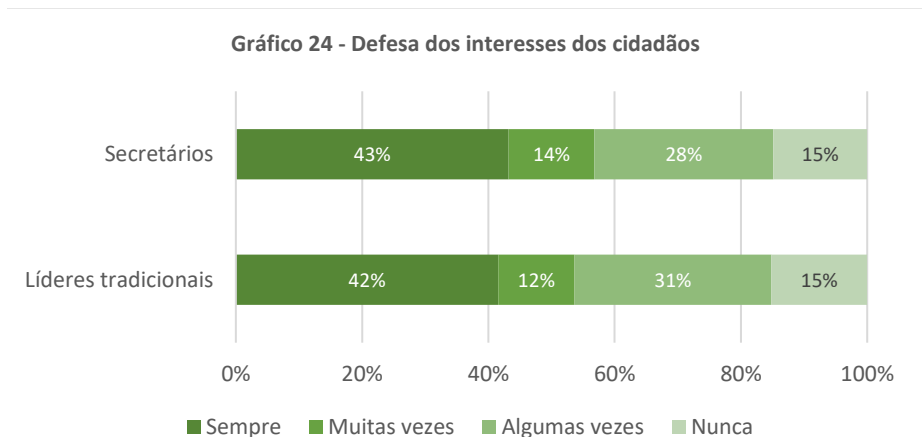
A apreciação em relação aos membros da Assembleia Provincial é praticamente a mesma. A maioria dos inquiridos (84%) considera que esses representantes eleitos nunca, ou só algumas vezes, se interessam em ouvir os cidadãos (gráfico 23).

Gráfico 23 - Interesse em ouvir os cidadãos



³¹ Um participante de uma discussão em grupo focal no bairro de Naicuanha, 24 de Fevereiro de 2022.

Ao contrário dos partidos e dos membros eleitos de órgãos representativos, os secretários de bairro, chefes de localidade e os líderes tradicionais beneficiam de uma apreciação mais positiva. Assim, 56% dos inquiridos consideram que os secretários defendem sempre, ou a maior parte das vezes, os interesses dos cidadãos e 54% têm a mesma opinião em relação aos líderes tradicionais (gráfico 24).



Finalmente, num contexto de fraco sentimento de representação ao nível político por parte dos cidadãos, é de referir que a participação destes nas decisões sobre questões locais não é muito alta, pois só 34% dos inquiridos dizem que há sempre, ou muitas vezes, consultas por parte das autoridades locais antes da tomada de decisões (gráfico 25).

As discussões em grupos focais corroboram os dados relativos à participação nos processos de tomada de decisão, na medida em que os participantes dos grupos focais afirmam que não têm interagido com o Governo para apresentar os seus problemas e que a única via possível é por meio do secretário de bairro:

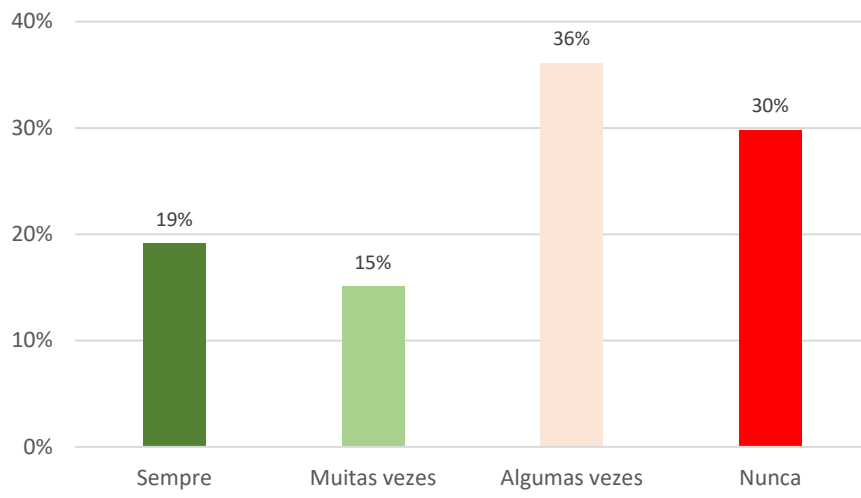
Normalmente, a comunidade nunca procura as estruturas, simplesmente aguardam o convite do secretário para participar das reuniões [...] mensalmente, o secretário do bairro promove encontros para nós apresentarmos os nossos problemas. Depois, o secretário leva os nossos problemas ao governo do distrito. Dependendo dos problemas o Governo do distrito organiza visitas na comunidade para falar com a população.³²

Um outro participante acrescentou: “o Governo aqui sempre que chega não é porque é chamado. Só, eles pensam lá onde ficam, depois convocam a população daqui, falam [...] às tantas a população daqui costuma ficar de olho a espiar aquilo que nós pedimos, mas eles não aparecem [para resolver os problemas]”.³³

³² Um participante da discussão em grupo focal no bairro de Naicuanha, 24 de Fevereiro de 2022.

³³ Um participante da discussão em grupo focal no bairro de Mpombe, 24 de Fevereiro de 2022.

Gráfico 25 - Consultas a nível local sobre decisões

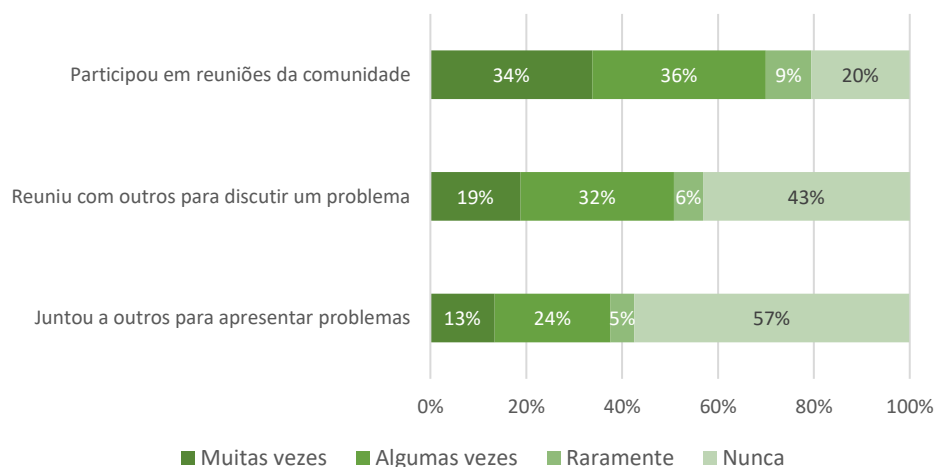


8. ENGAJAMENTO CÍVICO

O nível de engajamento cívico em Chimbunila parece ser relativamente fraco (gráfico 26). Se, por um lado, a participação em reuniões da comunidade é uma prática relativamente frequente, havendo 34% dos inquiridos que disseram ter participado nesse tipo de encontros muitas vezes e 36% algumas vezes, é de referir, no entanto, que há 30% dos inquiridos que nunca participaram em reuniões da comunidade. Ao mesmo tempo, são 49% os que nunca, ou raramente, se reuniram com outros concidadãos para debater sobre um problema e 62% os que nunca, ou raramente, se juntaram a outros para apresentar problemas da comunidade aos responsáveis locais.

As entrevistas e discussões em grupos focais sugerem que o fraco nível de engajamento cívico resulta, por um lado, do facto de que os cidadãos deixaram de acreditar nos mecanismos formais de participação e, por outro, do fechamento do espaço cívico, consubstanciado em intimidações. A este respeito, um participante mencionou: “os pacientes são intimidados quando apresentam queixa no Centro de Saúde de Chimbunila. É muito comum nos dizerem ‘se você já queixou, vai então pedir ao teu irmão para ajudar’.”³⁴

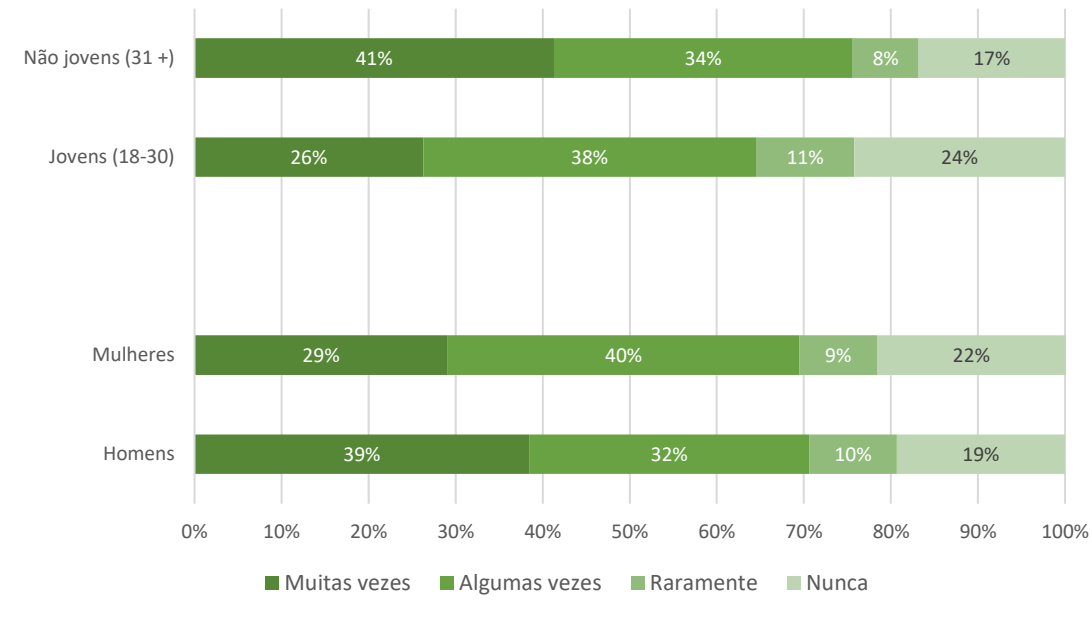
Gráfico 26 - Diga se nos últimos anos...



Uma análise mais pormenorizada permite ver que quem participa mais nas reuniões da comunidade são os homens e os mais velhos (gráfico 27).

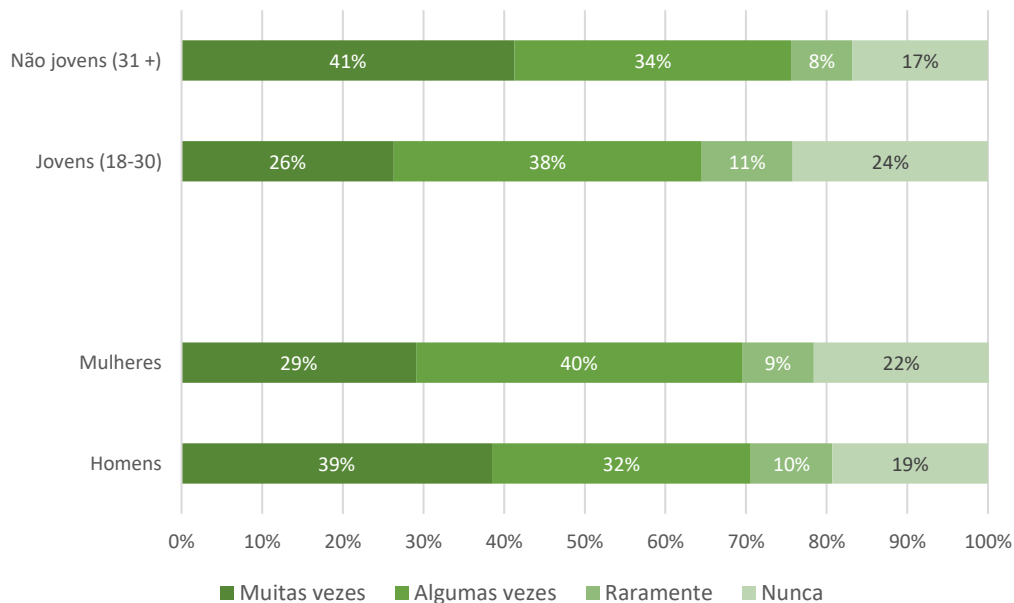
³⁴ Uma participante da discussão em grupo focal no bairro sede do distrito de Chimbunila, 26 de Fevereiro de 2022..

Gráfico 27 - Participação em reuniões da comunidade



Da mesma maneira, são também os homens e os mais velhos que mais se reúnem para discutir problemas da comunidade (gráfico 28).

Gráfico 28 - Participação em reuniões da comunidade

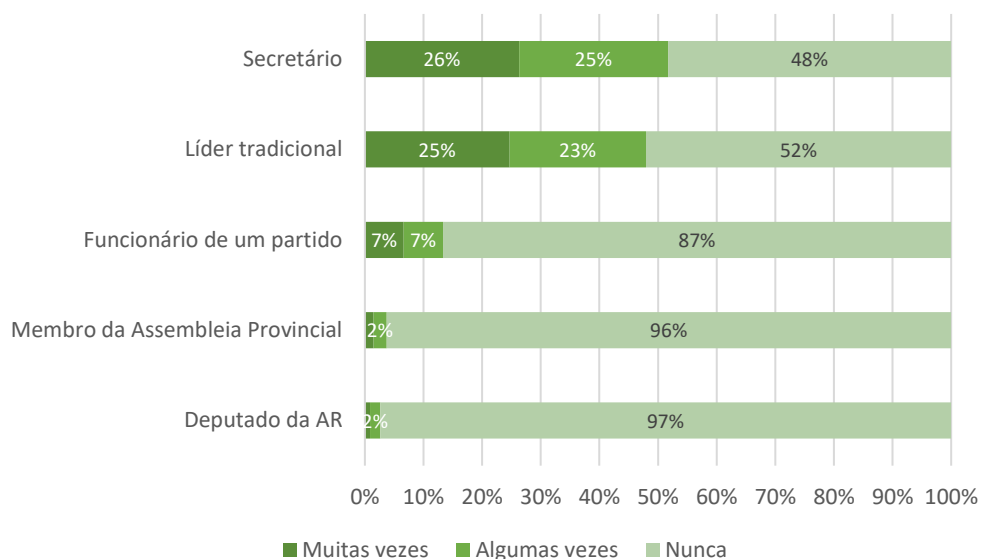


A falta de mobilização dos cidadãos para acções comuns reflecte-se também na ausência praticamente total de contacto com responsáveis políticos eleitos (gráfico 29), ou seja, os contactos restringem-se aos secretários de bairro e aos líderes tradicionais.

No entanto, as entrevistas sugerem que existe um grupo restrito de cidadãos que têm acesso privilegiado às lideranças: “aqui na comunidade existem umas dez pessoas que se reúnem para avaliar, seleccionar e organizar as mensagens de preocupação da comunidade para depois ir ao governo, em Chimbunila, apresentar as preocupações”.³⁵ De uma forma geral, existe uma percepção, segundo a qual, quando os políticos interagem com as populações locais e prometem algo, as promessas feitas nunca são cumpridas, como fica patente, abaixo, numa das passagens da discussão do grupo focal:

*No ano passado [2021] o Presidente esteve aqui e perguntou-nos o que queríamos. Nós dissemos que mesmo com problemas de vias de acesso, preferimos a energia porque vai trazer o desenvolvimento, poderemos beber água fresca, teremos música. Mas até ao momento não temos energia. Com isto queremos dizer que os problemas não são resolvidos apesar de serem reportados pelo secretário de bairro junto do Governo.*³⁶

Gráfico 29 - No último ano contactou um...

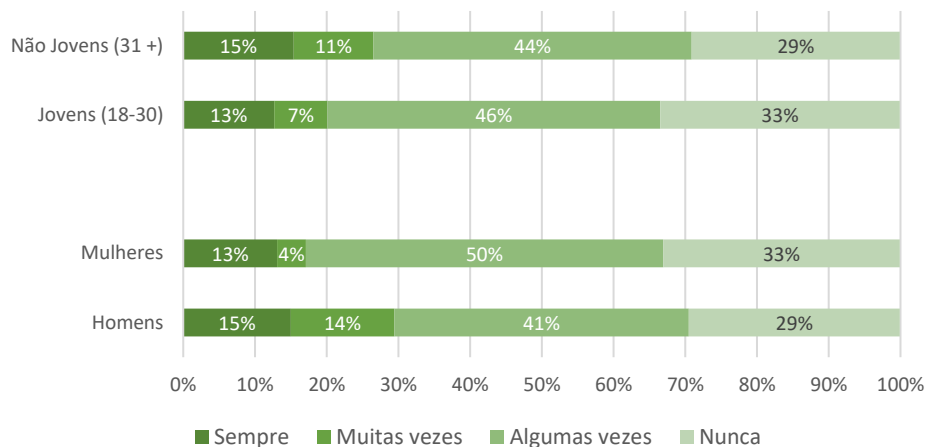


Se os cidadãos têm poucas iniciativas no sentido de participar na vida pública, também as autoridades locais parecem ter um défice no que respeita ao seu envolvimento no processo decisório. De acordo com os dados no gráfico 30, há 31% dos inquiridos (33% dos jovens e 29% dos não jovens; 33% das mulheres e 29% dos homens) que consideram que as autoridades locais e municipais nunca envolvem os jovens nas decisões sobre assuntos que lhes dizem respeito.

³⁵ Um participante da discussão em grupo focal no bairro de Mpombe, 24 de Fevereiro de 2022.

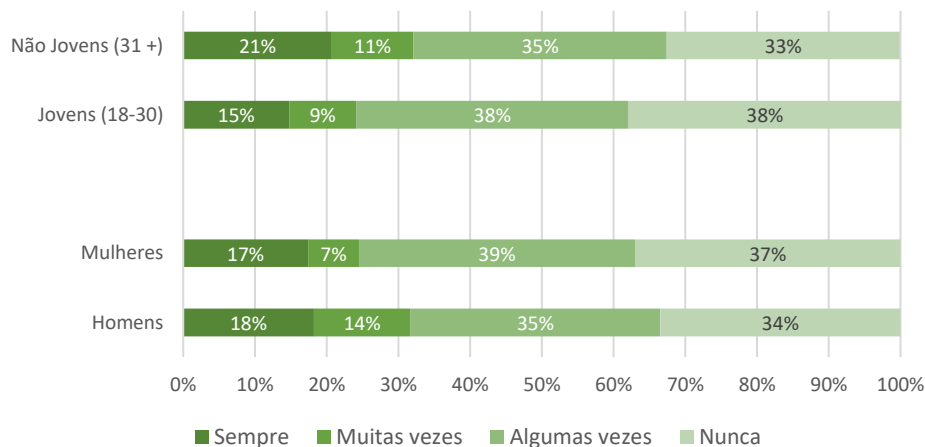
³⁶ Um participante da discussão em grupo focal do bairro de Naicuanha, 24 de Fevereiro de 2022.

Gráfico 30 - As autoridades locais envolvem na tomada de decisões os jovens?



Uma situação semelhante verifica-se em relação ao envolvimento pelas autoridades locais das mulheres nas decisões (gráfico 31). Neste caso, há 35% dos inquiridos (38% dos jovens e 33% dos não jovens; 37% das mulheres e 34% dos homens) que consideram que as autoridades locais e municipais nunca envolvem as mulheres nas decisões.

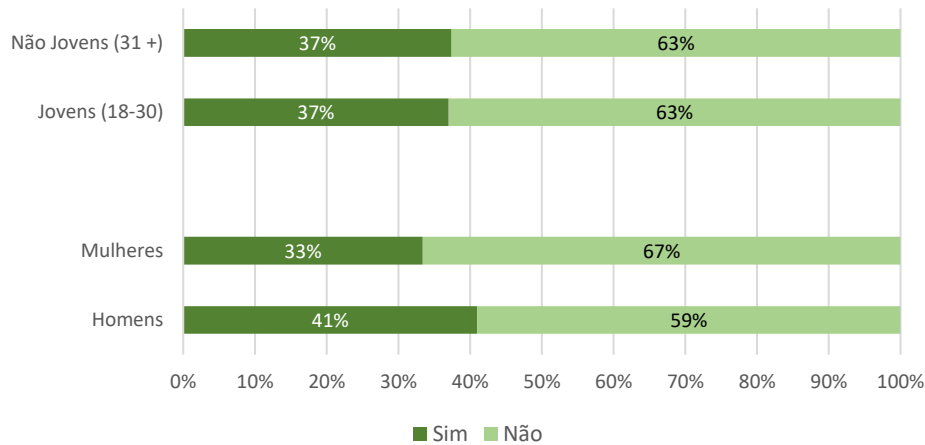
Gráfico 31 - As autoridades locais envolvem na tomada de decisões as mulheres?



A informação, o conhecimento dos assuntos que afectam a comunidade e a capacidade de intervenção para exprimir opiniões são elementos de base para a participação e o engajamento cívico por parte dos cidadãos. Deste ponto de vista, a opinião dos inquiridos é maioritariamente (63%) que não têm recebido as informações necessárias para formar uma opinião sobre os assuntos importantes para a comunidade. Sobre este assunto, não existe diferença entre os mais novos e os mais velhos, mas observa-se uma tendência para as mulheres reportarem mais a falta de informação (67% das mulheres, contra 59% dos homens) (gráfico 32).

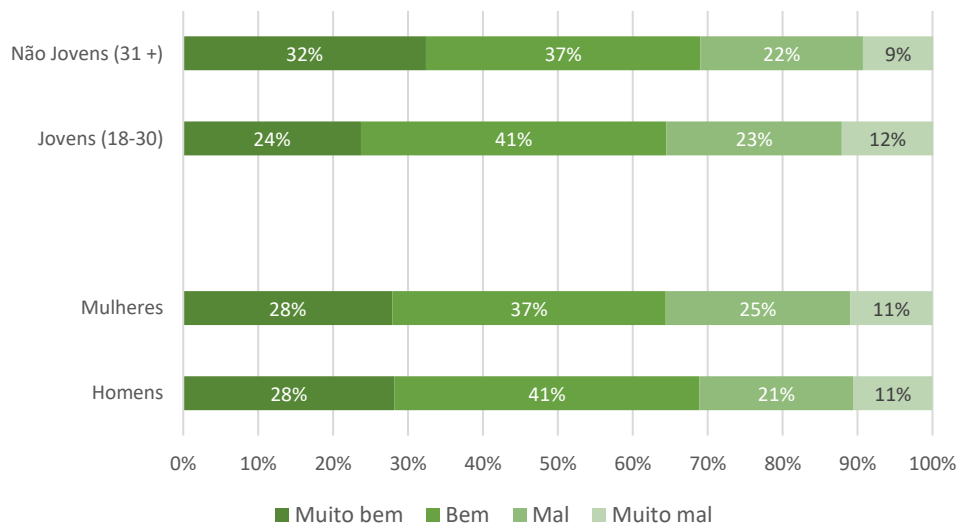
Nota-se um baixo nível de diálogo e consulta cidadão-Estado com o fraco envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões e escasso acesso à informação relevante a qual inviabiliza uma participação activa.

Gráfico 32 - Tem recebido as informações necessárias para formar uma opinião sobre os assuntos que são importantes para a comunidade?



Mas, por outro lado, a maioria dos inquiridos (67%) afirmam conhecer bem, ou muito bem, os problemas que afectam a sua comunidade. Tendencialmente, os mais velhos afirmam um conhecimento maior que as mulheres e os jovens (gráfico 33).

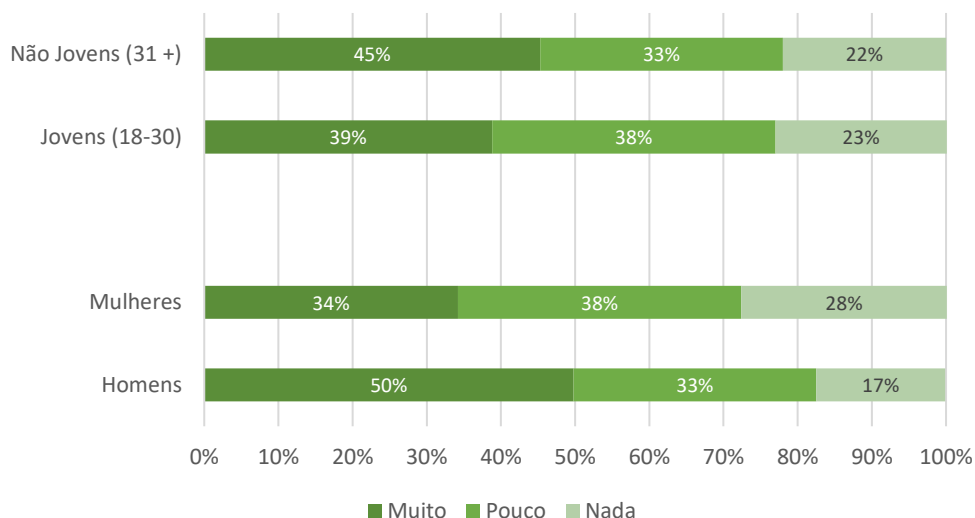
Gráfico 33 - Conhecimento dos problemas da comunidade



Também a capacidade de apresentar os seus pontos de vista e opiniões em encontros das comunidades não parece constituir um problema para a maioria dos inquiridos, pois há 42% que consideram ser muito capazes de apresentar

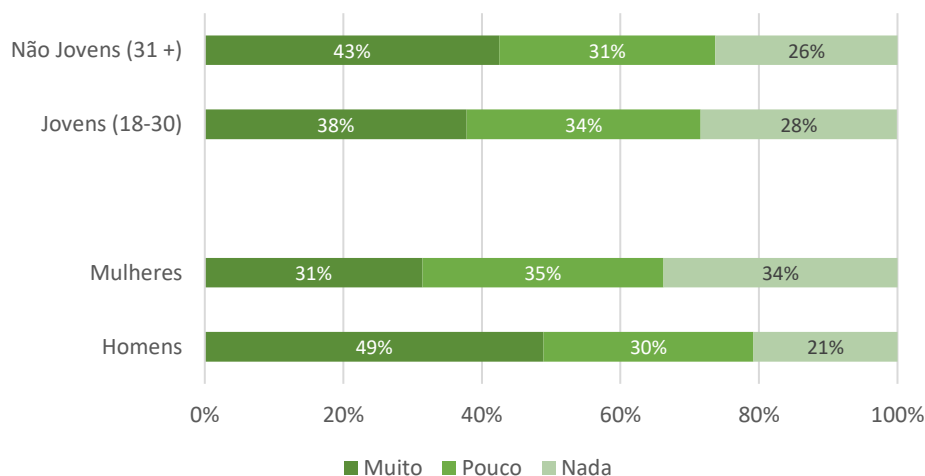
os seus pontos nos encontros da comunidade. No entanto, há que considerar que cerca de um quarto dos inquiridos (23%) se dizem nada capacitados para apresentar as suas opiniões e que são sobretudo as mulheres (28%) que reconhecem não ter essa capacidade (gráfico 34).

Gráfico 34 - Capacidade de apresentar pontos de vista à comunidade



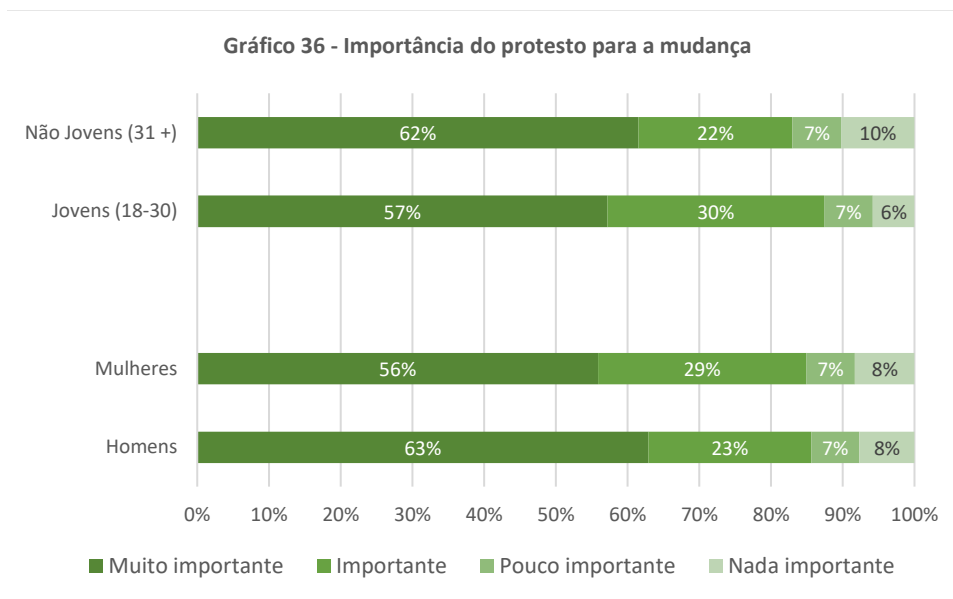
O mesmo padrão observa-se em relação à questão de apresentar opiniões às autoridades locais. Neste caso, as mulheres são 34% a dizer que não estão nada capacitadas nesse aspecto (gráfico 35).

Gráfico 35 - Capacidade de apresentar pontos de vista às autoridades

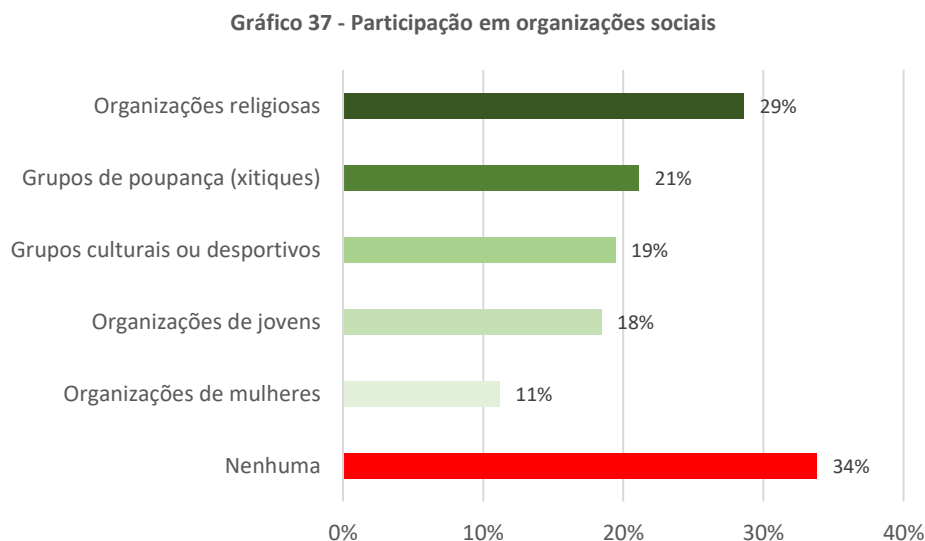


Nota-se um grande conhecimento dos problemas da comunidade e valorização da expressão de opiniões das mesmas junto de autoridades. No entanto, na prática existe uma fraca interacção com as autoridades sobre assuntos comunitários e assinalam existir fracas habilidades ou competências para o fazer.

A ideia de que é importante protestar quando algo precisa ser mudado na sociedade é amplamente partilhada pelos inquiridos: 59% consideram muito importante o protesto e 26% consideram-no importante. Não há uma grande diferença de opinião em termos de idade, ou de sexo (gráfico 36).



A participação dos cidadãos em organizações sociais extrafamiliares é também um indicador do grau de envolvimento cívico. De acordo com os resultados do inquérito, 34% dos inquiridos não participam em nenhuma organização o qual indica o baixo nível de engajamento cívico. A maior participação observa-se nas organizações de carácter religioso, seguindo-se os grupos de poupança, as organizações de jovens, os grupos culturais e desportivos e, por fim, as organizações de mulheres. O gráfico 37 apresenta a percentagem de inquiridos que disseram fazer parte de cada um dos diferentes tipos de organização.



Ainda de acordo com os resultados, 34% dos inquiridos não participam em nenhuma organização, 44% são membros de apenas um tipo de organização, 15% participam em dois tipos de organizações, 4% em três e 3% em quatro.

NOTAS FINAIS

A situação social no distrito de Chimbunila parece relativamente equilibrada, com apenas um pequeno grupo de inquiridos, especialmente os camponeses e as domésticas, considerando que as suas condições de vida são más. Também só uma minoria refere que as suas condições teriam sido melhores no passado, enquanto três quartos, dos dois terços dos inquiridos que responderam à pergunta, têm a expectativa de melhorar a sua situação no futuro.

Relativamente à inclusão, existe um sentimento de tratamento desigual relativamente elevado para uma parte importante dos inquiridos, (filiação partidária, religião, zona de origem ou etnia), em paralelo com uma grande insatisfação com a falta de oportunidades iguais de acesso ao emprego assalariado e a eventuais apoios estatais. A longo prazo, as desigualdades de oportunidades e a marginalização enfraquecem potencialmente a coesão social.

Não se verificam grandes preocupações de segurança no distrito e as relações com as pessoas oriundas de outras zonas não parecem colocar problemas, pois as relações com essas pessoas são consideradas boas pela maioria dos inquiridos. No entanto, esta situação poderá mudar dado o alargamento do conflito à província, onde já houve registo de ataques de grupos armados. O conflito violento pode destruir vínculos primários entre grupos sociais e, logo, minar a harmonia social e coesão social horizontal. Para além do conflito provocado por grupos armados, têm ocorrido no distrito de Chimbunila tensões entre a comunidade e as empresas florestais, sendo que este conflito é caracterizado por reivindicações dos membros da comunidade em relação à usurpação de terra pelas empresas, às condições de trabalho e aos processos de contratação de pessoal da comunidade.

O sentimento de integração na comunidade é bastante forte. No que diz respeito à confiança nos outros, esta é, em geral, forte e especialmente no círculo familiar e de vizinhança. No entanto, essa confiança diminui muito à medida que se sai deste primeiro círculo, sendo a desconfiança muito forte em relação aos estrangeiros, desconhecidos e deslocados.

Ainda em termos de relações sociais, é de notar uma certa dificuldade de convivência com pessoas de outro partido por parte de cerca de um terço dos inquiridos.

Os resultados indicam diferentes níveis de confiança nas Instituições. Em geral, os serviços públicos beneficiam de muita confiança, sendo os serviços de água e a polícia os únicos que suscitam alguma falta de confiança. Os líderes locais, com destaque para os líderes religiosos, gozam de grande confiança por parte dos inquiridos. A nível da liderança provincial e nacional, a confiança é ainda mais alta³⁷.

O nível de insatisfação política manifestado é relativamente baixo, marcado apenas por uma crítica ao trabalho do Governo de cerca de um terço dos inquiridos e pelo facto de cerca de um quinto deles considerarem que a governação de outro partido seria melhor. Regista-se um fraco sentimento de representação, dominando a ideia de que os

³⁷ Os valores muito altos observados neste caso levam a pensar que uma parte das respostas tenham sido “politicamente correctas”, considerando que um terço dos inquiridos critica o desempenho do governo.

partidos, os deputados e os membros da assembleia a nível provincial não se interessam pelas opiniões dos cidadãos. Ao mesmo tempo, o sentimento de representação é um pouco mais forte em relação aos secretários e líderes tradicionais, que são vistos como defendendo melhor os interesses dos cidadãos.

Em relação ao engajamento cívico, em geral poder-se-á dizer que é baixo no sentido em que existe uma fraca participação em organizações e associações comunitárias, fraca advocacia dos interesses das comunidades junto das autoridades ou ações directas como protestos assim como baixo nível de diálogo e consulta cidadão-Estado. Os dados revelam que o engajamento cívico na vida da comunidade restringe-se praticamente à participação em reuniões, sendo de notar que a participação dos mais jovens e das mulheres é inferior à média. Por seu lado, de acordo com cerca de metade dos inquiridos, as autoridades locais raramente envolvem os jovens e as mulheres nos processos de tomada de decisões. À volta de dois terços dos inquiridos consideram que conhecem bem os problemas que afectam a comunidade e quase metade sentem ter capacidade para exprimir os seus pontos de vista, quer seja junto dos seus concidadãos, quer das autoridades locais. Acresce a conhecida fraca participação nos processos políticos (50 % nas eleições presidenciais de 2019). Se bem que existem indícios de vontade de participação, nota-se uma falta de segurança dos cidadãos para se engajarem civicamente.

REFERÊNCIAS

ALI, Rosimina. “Job creation and social conditions of labor in the forestry agro-industry in Mozambique”. In Evans Osabuohien (Ed.). *The Palgrave Handbook of Agricultural and Rural Development in Africa*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2020. 571-610.

Instituto Nacional de Estatística (Delegação Provincial de Niassa). *Folheto Estatístico – Chimbunila*. Lichinga: INE, 2021.

Publicações do IESE

Livros

A Frelimo, o Marxismo e a construção do Estado Nacional 1962-1983 (2020)

Luís de Brito (organizador)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/03/livro_LB.pdf

Agora eles têm medo de nós! – Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012) (2017)

Luís de Brito (organizador)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/02/IESE-Food-Riot.pdf>

Economia, recursos naturais, pobreza e política em Moçambique – Uma colectânea de textos (2017)

Luís de Brito e Fernanda Massarongo (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/IESE_Coleta_nea_de_IDeIAS_-_Livro.pdf

Emprego e transformação económica e social em Moçambique (2017)

Rosimina Ali, Carlos Nuno Castel-Branco e Carlos Muianga (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/IESE_Emprego_e_Transf_Econ_Social_-_Livro.pdf

Political economy of decentralisation in Mozambique: dynamics, outcomes, challenges (2017)

Bernahard Weimer with João Carrilho

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/IESE_Political_Economy_of_Decentralisation-_Livro.pdf

A economia política da descentralização em Moçambique: dinâmicas, efeitos, desafios (2017)

Bernahard Weimer e João Carrilho

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/01/IESe-economia-politica.pdf>

Questões sobre o desenvolvimento produtivo em Moçambique. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue e Carlos Muianga (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/IESE_FAN_PT.pdf

Questions on productive development in Mozambique. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue e Carlos Muianga (editors)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/IESE_FAN_PT.pdf

Moçambique: Descentralizar o Centralismo? Economia Política, Recursos e Resultados. (2012)

Bernhard Weimer (organizador)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/Descent/IESE_Decimalizacao.pdf

A Mamba e o Dragão: Relações Moçambique-China em Perspectiva. (2012)

Sérgio Chichava e C. Alden (organizador)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/MozChin/IESE_Mozam-China.pdf

Desafios para Moçambique 2022. (2022)

Carlos Nuno Castel Branco, Rosimina Ali, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha e Carlos Muianga (organizadores)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2023/1/Desafios22-online.pdf>

Desafios para Moçambique 2021. (2021)

José Jaime Macuane e Moisés Siúta (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/12/Desafios-2021_iese.pdf

Desafios para Moçambique 2020. (2020)

Salvador Forquilha (organizador)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/desafios-para-mocambique-2020-artigos/>

Desafios para Moçambique 2019. (2019)

Sérgio Chichava (organizador)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/Desafios2019.pdf>

Desafios para Moçambique 2018. (2018)

Salvador Forquilha (organizador)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/05/Livrol_DesafiosMoc2018.pdf

Desafios para Moçambique 2017. (2017)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco, e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/05/Desafios2017.pdf>

Desafios para Moçambique 2016. (2016)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco, e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/04/Desafios2016.pdf>

Desafios para Moçambique 2015. (2015)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco, e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2015/IESE-Desafios2015.pdf>

Desafios para Moçambique 2014. (2014)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014.pdf>

Desafios para Moçambique 2013. (2013)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//livros/des2013/IESE_Des2013.pdf

Desafios para Moçambique 2012. (2012)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012.pdf

Desafios para Moçambique 2011. (2011)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e

António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2011/IESE_Des2011.pdf

Desafios para Moçambique 2010. (2009)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e

António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010.pdf

Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e

António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/economia/IESE_Economia.pdf

Proteção social: abordagens, desafios e experiências para Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e

António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/protecao/IESE_ProteccaoSocial.pdf

Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e

António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo.

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/pobreza/IESE_Pobreza.pdf

Cidadania e Governação em Moçambique – comunicações apresentadas na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/cidadania/IESE_Cidadania.pdf

Reflecting on economic questions – papers presented at the inaugural conference

of the Institute for Social and Economic Studies. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava and António Francisco (editors)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/ref/IESE_QEcon.pdf

Southern Africa and Challenges for Mozambique – papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava and António Francisco (editors)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/South/IESE_South.pdf

**Governança em Moçambique: Recursos para Monitoria e Advocacia (2012)
Projeto de Desenvolvimento de um Sistema de Documentação e de Partilha de Informação, IESE**

IESE: Maputo

Monitoria e Advocacia da Governança com base no Orçamento de Estado: Manual de Formação (2012)

Zaqueo Sande (Adaptação)

IESE: Maputo

Pequeno Guia de Inquérito por Questionário (2012)

Luís de Brito

IESE: Maputo

Envelhecer em Moçambique: Dinâmicas do Bem-Estar e da Pobreza (2013)

António Francisco, Gustavo Sugahara e Peter Fisker

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/IESE_DinPob.pdf

Growing old in Mozambique: Dynamics of well-being and Poverty (2013)

António Francisco, Gustavo Sugahara e Peter Fisker

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/IESE_DynPov.pdf

Cadernos IESE

(Artigos produzidos por investigadores permanentes e associados do IESE. Esta coleção substitui as séries "Working Papers" e "Discussion Papers", que foram descontinuadas)

Cadernos IESE Nº 29P: Barómetro da Coesão Social - 2022: Distrito de Moma

Salvador Forquilha, Luís de Brito, Wim Neeleman, Euclides Gonçalves, Patrícia Oliveira, Lúcio Posse e Sandrângela Fortes

Cadernos IESE Nº 28P: Barómetro da Coesão Social - 2022: Distrito de Angoche

Salvador Forquilha, Luís de Brito, Wim Neeleman, Euclides Gonçalves, Patrícia Oliveira, Lúcio Posse e Sandrângela Fortes

Cadernos IESE Nº 27P: Barómetro da Coesão Social - 2022: Distrito de Montepuez

Salvador Forquilha, Luís de Brito, Wim Neeleman, Euclides Gonçalves, Patrícia Oliveira, Lúcio Posse e Sandrângela Fortes

Cadernos IESE Nº 26P: Barómetro da Coesão Social - 2022: Distrito de Chiúre

Salvador Forquilha, Luís de Brito, Wim Neeleman, Euclides Gonçalves, Patrícia Oliveira, Lúcio Posse e Sandrângela Fortes

Cadernos IESE Nº 25P: "Deus e Frelimo Louvarei para Sempre": Uma análise das bases de apoio partidário em Manjacaze

Egídio Chaimite

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2023/11/CadernosIESE25_EC.pdf

Cadernos IESE Nº 24E: A Critical issue on Social Accountability in Mozambique. (2022)

Salvador Forquilha e Euclides Gonçalves

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/03/Cadernos-21_EricM-G.pdf

Cadernos IESE Nº 23P: Filipe Nyusi: um terceiro mandato é possível? (2021)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/03/Cadernos-21_EricM-G.pdf

Cadernos IESE Nº 22E: Navigating Civic Space in a Time of COVID-19: The case of Mozambique. (2021)

Crescêncio Pereira, Salvador Forquilha e Alex Shankland

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/10/CadernosIESE-22-eng.pdf>

Cadernos IESE Nº 21P: A Insurgência Jihadi em Moçambique: Origens, Natureza e Início. (2021)

Eric Morier-Genoud

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/03/Cadernos-21_EricM-G.pdf

Cadernos IESE Nº 20P: Com quem podemos contar? Autoridade, Empoderamento e Responsabilização em Moçambique. (2021)

Egídio Chaimite, Salvador Forquilha e Alex Shankland

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/02/CadernosIESE-20_ECSFAS-2021.pdf

Cadernos IESE nº 19P: Vampiros, Jihadistas e Violência Estrutural em Moçambique: Reflexões sobre Manifestações Violentas de Descontentamento Local e as suas Implicações para a Construção da Paz. (2020)

Bernhard Weimer

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/10/CadernosIESE-18-SC_eng.pdf

Cadernos IESE nº 18E: A Frelimo criou o “Al Shabaab?” Uma análise às eleições de 15 partir de Cabo Delgado. (2020)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/10/CadernosIESE-18-SC_eng.pdf

Cadernos IESE nº 18E: Did Frelimo create “Al Shabaab”? An analysis of the 15 October 2019 elections from Cabo Delgado. (2020)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/09/CadernosIESE-18_SChichava.pdf

Cadernos IESE nº 17E: Islamic radicalization in northern Mozambique. The case of Mocímboa da Praia. (2019)

Salvador Forquilha, João Pereira & Saíde Habibe

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/cadernos_17eng.pdf

Cadernos IESE nº 17P: Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: o caso de Mocímboa da Praia. (2019)

Salvador Forquilha, João Pereira & Saíde Habibe

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/09/cadernos_17.pdf

Cadernos IESE nº 16: A cobertura da China na imprensa moçambicana: Repercussões para o soft power chinês. (2015)

Sérgio Chichava, Lara Côrtes & Aslak Orre

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad16.PDF

Cadernos IESE nº 15: Plágio em Cinco Universidades de Moçambique: Amplitude, Técnicas de Detecção e Medidas de Controlo. (2015)

Peter E. Coughlin

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad15.pdf

Cadernos IESE nº 14P: Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008-2012). (2015)

Luís de Brito, Egídio Chaimite, Crescêncio Pereira, Lúcio Posse, Michael Sambo e Alex Shankland

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad14.pdf

Cadernos IESE nº 13E: Participatory Budgeting in a Competitive-Authoritarian Regime: A Case Study (Maputo, Mozambique). (2014)

William R. Nylan

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad13_Eng.pdf

Cadernos IESE nº 13P: O orçamento participativo num regime autoritário competitivo: um estudo de caso (Maputo, Moçambique). (2014)

William R. Nylan

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad13_Port.pdf

Cadernos IESE nº 12E: The Expansion of Sugar Production and the Well-Being of Agricultural Workers and Rural Communities in Xinavane and Magude. (2013)

Bridget O'Laughlin e Yasfir Ibraimo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_12e.pdf

Cadernos IESE nº 12P: A Expansão da Produção de Açúcar e o Bem-Estar dos Trabalhadores Agrícolas e Comunidades Rurais em Xinavane e Magude. (2013)

Bridget O'Laughlin e Yasfir Ibraimo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_12p.pdf

Cadernos IESE nº 11: Proteção Social no Contexto da Transição Demográfica Moçambicana. (2011)

António Alberto da Silva Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_11_AFrancisco.pdf

Cadernos IESE nº 10: Proteção Social Financeira e Demográfica em Moçambique: oportunidades e desafios para uma segurança humana digna. (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_10_AFRA.pdf

Cadernos IESE nº 9: Can Donors 'Buy' Better Governance? The political economy of budget reforms in Mozambique. (2011)

Paolo de Renzio

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_09_PRenzio.pdf

Cadernos IESE nº 8: Desafios da Mobilização de Recursos Domésticos – Revisão crítica do debate. (2011)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_08_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 7: Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership. (2011)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_07_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 6: Enquadramento Demográfico da Proteção Social em Moçambique. (2011)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_06_AF.pdf

Cadernos IESE nº 5: Estender a Cobertura da Proteção Social num Contexto de Alta Informalidade da Economia: necessário, desejável e possível? (2011)

Nuno Cunha e Ian Orton

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_05_Nuno_Ian.pdf

Cadernos IESE nº 4: Questions of health and inequality in Mozambique. (2010)

Bridget O'Laughlin

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_04_Bridget.pdf

Cadernos IESE nº 3: Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique: a propósito do lançamento de três livros do IESE. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_03_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 2: Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na Democracia moçambicana? (2010)

Sérgio Inácio Chichava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_02_SC.pdf

Cadernos IESE nº 1: Economia Extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCB.pdf

Working Papers

(Artigos em processo de edição para publicação. Coleção descontinuada e substituída pela série “Cadernos IESE”)

WP nº 1: Aid Dependency and Development: a Question of Ownership? A Critical View. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

<https://www.iese.ac.mz/lib/publication/AidDevelopmentOwnership.pdf>

Discussion Papers

(Artigos em processo de edição para publicação. Coleção descontinuada e substituída pela série “Cadernos IESE”)

DP nº 6: Recursos naturais, meio ambiente e crescimento económico sustentável em Moçambique. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/DP_2009/DP_06.pdf

DP nº 5: Mozambique and China: from politics to business. (2008)

Sérgio Inácio Chichava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_05_MozambiqueChinaDPaper.pdf

DP nº 4: Uma Nota sobre Voto, Abstenção e Fraude em Moçambique. (2008)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_04_Uma_Nota_Sobre_o_Voto_Abstencao_e_Fraude_em_Mocambique.pdf

DP nº 3: Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_03_2008_Desafios_DesenvRural_Mocambique.pdf

DP nº 2: Notas de Reflexão sobre a "Revolução Verde"; contributo para um debate. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/Discussion_Paper2_Revolucao_Verde.pdf

DP nº 1: Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique. (2008)

Sérgio Inácio Chichava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_01_ArtigoEtnicidade.pdf

Boletim IDeIAS

(Boletim que divulga resumos e conclusões de trabalhos de investigação)

IDeIAS_ Nº154P – Quando as autoridades locais fracassam: O caso do reassentamento na comunidade de Mualadzi, no distrito de Moatize, província de Tete

Autor: Gerson Bacar Selemane

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2023/08/Ideias-154P-GS.pdf>

IDeIAS_ Nº153P – Algumas notas sobre a emancipação “das mulheres” em Moçambique: questionando o lugar “das mulheres” nesta luta

Autor: Lúcio Posse

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2023/07/Ideias-153P_LP.pdf

IDeIAS_ Nº152E – Muamudo Saha and the “holy” war against “the pigs”: the initial stage of the insurgency in Cabo Delgado

Autor: Sérgio Chichava

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2023/05/Ideias-152E-SC.pdf>

IDeIAS_ Nº152P – Muamudo Saha e a guerra “santa” contra os “porcos”: a fase inicial da insurgência em Cabo Delgado

Autor: Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2023/05/Ideias-152P_SC.pdf

IDeIAS_ Nº151P – Jorginho: breve história de um jovem makonde muçulmano do

AI Shabaab

Autor: Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2023/03/Ideias-150P_JR.pdf

IDeIAS_ Nº150P – Reassentamentos mais decentes? As lições de Tete

Autor: Janne Rantala

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2023/03/Ideias-150P_JR.pdf

IDeIAS_ Nº149P – Mineração de ouro artesanal: de operações clandestinas para uma contribuição para o desenvolvimento local?

Autores: Janne Rantala e Talassamo Ali

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2022/12/Ideias-149P-JR_TA.pdf

IDeIAS_ Nº148P – “Acesso restrito”: zonas encerradas devido à mineração (Cabo Delgado) e à conservação (Sofala)

Autor: Janne Rantala

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2022/10/Ideias-148P-JR.pdf>

IDeIAS_ Nº147P – Maulana Ali Cassimo: insurgência no norte de Moçambique vista do Niassa

Autor: Sérgio Chichava

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2022/03/ideias-147P-SC-1.pdf>

IDeIAS_ Nº146P – Algumas notas sobre a acção cívica no contexto da COVID-19 em Moçambique

Autores: Crescencio Pereira, Salvador Forquilha e Alex Shankland

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2022/01/ideias-146P-CP-SF-AS.pdf>

IDeIAS_ Nº145P – Revisitar o espaço cívico moçambicano em tempo de crise

Autores: Crescencio Pereira, Salvador Forquilha e Alex Shankland

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/11/ideias-145P.pdf>

IDeIAS_ Nº145P – Revisitar o espaço cívico moçambicano em tempo de crise

Autores: Crescencio Pereira, Salvador Forquilha e Alex Shankland

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/11/ideias-145P.pdf>

IDeIAS_ Nº144P – Gerir um problema institucional, para prevenir um conflito social: reflexão sobre a violência de populares contra agentes da polícia

Autores: João Feijó e Jerry Maquenzi

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/07/ideias-144_JF_JM-port.pdf

IDeIAS_Nº143P – Haverá eleição de administradores distritais em 2024? Atribuições funcionais na governação local

Autor: Egídio Guambe

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/07/ideias-143_EG-port.pdf

IDeIAS_Nº142E – Agrarian transformation in Northern Mozambique: a “new” dimension of research in light of the conflict and violence in Cabo Delgado

Autor: Carlos Muianga

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/06/ideias-142_CM-eng.pdf

IDeIAS_Nº142P – Transformação agrária no norte de Moçambique: uma “nova” dimensão de pesquisa à luz do conflito e violência em Cabo Delgado

Autor: Carlos Muianga

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/06/ideias-142_CM-port.pdf

IDeIAS_Nº141 – Xai-Xai: devolução versus desconcentração – interferência e conflito entre os governos locais

Autor: Lúcio Posse

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/05/ideias-141_LP.pdf

IDeIAS_Nº140 – COVID-19 e custo de vida: o que o princípio de equilíbrio de mercado revela sobre a eficácia das medidas de resposta ao contexto de crise em Moçambique?

Autor: Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/04/ideias-140_MS.pdf

IDeIAS_Nº139P – Vale do Limpopo e a criação da “Primeira Zona Económica Especial Agrícola” em Moçambique

Autor: Carlos Muianga

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/03/ideias139P_CM.pdf

IDeIAS_Nº138E – After all, it is not just Cabo Delgado! Insurgency dynamics in Nam-pula and Niassa

Autores: Salvador Forquilha e João Pereira

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/03/ideias-138_SFJP-ENG.pdf

IDeIAS_Nº138P – Afinal, não é só Cabo Delgado! Dinâmicas da insurgência em Nam-pula e Niassa

Autores: Salvador Forquilha e João Pereira

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/03/ideias-138_SFJP.pdf

Nº 137: *Proteção social em contexto de terrorismo: que implicações tem a insurgência islâmica nos mecanismos formais de proteção social em Moçambique? (2021)*

Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/01/ideias-137_MSi.pdf

Nº 136: *IDeIAS_ Nº136 – Perspectiva económica do Fundo Soberano e principais desafios do sistema de gestão das finanças públicas em Moçambique (202)*

Moisés Siúta, Yasfir Ibraimo e Carlos Muianga

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/12/ideias-136-CMYIMS.pdf>

Nº 135P: *Did Frelimo create “Al Shabaab”? An analysis of the 15 October 2019 elections from Cabo Delgado (2020)*

Carlos Muianga, Moisés Siúta e Yasfir Ibraimo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/10/CadernosIESE-18-SC_eng.pdf

Nº 134E: *Did Frelimo create “Al Shabaab”? An analysis of the 15 October 2019 elections from Cabo Delgado (2020)*

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/10/CadernosIESE-18-SC_eng.pdf

Nº 134P: *As primeiras caras do “Al Shabaab” em Cabo Delgado: o caso de André Idrissa em Cogolo (2020)*

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/09/ideias-134p_SC.pdf

Nº 133: *Os imaginários dos ‘intermediários’ à volta da COVID-19 em Moçambique (2020)*

Lúcio Posse e Egídio Chaimite

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/07/ideias_133-LPEC.pdf

Nº 132: *COVID-19 e a “Sociedade de Risco”: uma reflexão a partir do contexto moçambicano (2020)*

Lúcio Posse

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/05/ideias-132_LP.pdf

Nº131: *Moçambique e a COVID-19: mecanismos externos de transmissão do seu impacto económico (2020)*

Michael Sambo e Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/05/ideias-131_MSMSi.pdf

Nº 130P: *Face ao conflito no Norte, o que Moçambique pode aprender da sua*

própria guerra civil (1976-1992)? Uma análise das dinâmicas da insurgência em Cabo Delgado (2020)

Salvador Forquilha e João Pereira

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/05/ideias-130_SFJP.pdf

Nº 129: Os primeiros sinais do “Al Shabaab” em Cabo Delgado: algumas histórias de Macomia e Ancuabe (2020)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-129_SC.pdf

Nº 128: Campanhas de prevenção da COVI – 19 em Moçambique: alguns desafios para o setor dos media (2020)

Crescêncio B. G. Pereira

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias_128-CP.pdf

Nº 127E: Who is “the enemy” attacking Cabo Delgado? Short presentation of the hypotheses of the Mozambican Government (2020)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-127e_SC.pdf

Nº 127P: Quem é o “inimigo” que ataca Cabo Delgado? Breve apresentação das hipóteses do governo moçambicano (2020)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-127_SC.pdf

Nº 126: A economia de Moçambique e a COVID-19: reflexões à volta das recentes medidas de política monetária anunciadas pelo Banco de Moçambique (2020)

Yasfir Ibraimo e Carlos Muianga

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-126_YICM.pdf

Nº 125: O trabalho e a proteção social num contexto do Estado de Emergência em Moçambique (2020)

Ruth Castel-Branco

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-125-RC-B.pdf>

Nº 124: COVID-19 em Moçambique: dimensões e possíveis impactos (2020)

Moisés Siúta e Michael Sambo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/Ideias-124_MSiMS.pdf

Nº 123 – Participação cidadã, corrupção e serviços: algumas notas a partir do

município de Tete (2019)

Lúcio Posse

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/Ideias-123_LP.pdf

Nº 122 – A prevalência e concentração do investimento directo chinês em Moçambique: será que importa? (2019)

Michael Sambo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/Ideias-122_MS.pdf

Nº 121E – Work in the agro-industry livelihoods and social reproduction in Mozambique: beyond job creation (2019)

Rosimina Ali and Sara Stevano

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/Ideias-121e_RA.pdf

Nº 120 – A hipótese do ciclo de vida do consumo e a poupança em Moçambique: porquê poupamos tão pouco? (2019)

Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/Ideias-120_MS.pdf

Nº 119 – Decisões de investimento para a exploração de gás e os limites do “realismo” sobre o “progresso dos moçambicanos” (2019)

Carlos Muianga

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/11/Ideias-119_CM.pdf

Nº 118 – Principais desafios da protecção social em Moçambique (2019)

Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/11/Ideias-118_MS.pdf

Nº 117E – Working in the Agro- Industry in Mozambique: can these jobs lift workers out of poverty? (2019)

Sara Stevano e Rosimina Ali

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/11/ideias-117_RA.pdf

Nº 116 - Conflito de terra e relações de poder ao nível da base no município de Lichinga 2014 – 2018 (2019)

Bernardino António

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/10/ideias-116-BA.pdf>

Nº 115E - If statistics don't lie, why are there those who dare to use them to manipulate elections? (2019)

António Francisco

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/07/ideias-115e-AF.pdf>

Nº 115P - Se a estatística não mente, porque há quem teime em usá-la para manipular o processo eleitoral? (2019)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/07/ideias-115_af.pdf

Nº 114 - Elementos para um perfil dos abstencionistas nas eleições autárquicas de 2013 (2019)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/06/ideias-114_LB.pdf

Nº 113E - Statistics don't lie, but there are those who use them to lie shamelessly: The Example of Electoral Estimates in Mozambique (2019)

António Francisco

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/06/ideias113e-AF.pdf>

Nº 113P - A Estatística não Mente, mas Há Quem a Use Para Mentir Sem Pudor: O Exemplo das Estimativas Eleitorais em Moçambique (2019)

António Francisco

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/06/ideias113p-AF.pdf>

Nº 112 - Desempenho eleitoral do MDM e seus dissidentes nas eleições autárquicas de 2013 e 2018 (2019)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/05/ideias-112_SC.pdf

Nº 111 - Corrupção e suas implicações na governação local: o caso da autarquia de Lichinga (2014 – 2018) (2019)

Bernardino António

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/04/ideias-n-111-BA.pdf>

Nº 110 - MARROMEU: Falhanço Eleitoral numa Competição Política (2019)

Crescêncio B.G. Pereira

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/03/ideias-110_CP.pdf

Nº 109E - Four years of Nyusi's governance: Between growth and degeneration (2019)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/04/ideias-109e_af.pdf

Nº 109P – Quatro anos de governação Nyusi: Entre crescimento e abastardamento (2019)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/01/ideias_109-af.pdf

Nº 108 – A questão da terra e opções de transformação agrária e rural em Moçambique: algumas notas para debate (2018)

Carlos Muianga

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/10/ideias-108-cm.pdf>

Nº 107P – O Perigo da Armadilha da Desorçamentação em Moçambique (2018)

António Francisco

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/10/ideias-107-AF-part2.pdf>

Nº 107E – The danger of denying the trap of debudgetisation (2018)

António Francisco

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/10/ideias-107-AF-part-en.pdf>

Nº 106E – Debudgetisation in Mozambique: shortage of resources and of budgetary responsibility (2018)

António Francisco

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/10/ideias-106-AF-part1-en.pdf>

Nº 106P – Desorçamentação em Moçambique: Escassez de Recursos e de Responsabilidade Orçamental (2018)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/ideias-106_af/

Nº 105 – O que explica o aumento do custo de vida em Moçambique? (2018)

Yasfir Ibraimo, Epifânia Langa, Carlos Muianga e Rosimina Ali

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/09/ideias-n105.pdf>

Nº 104 – Salário Mínimo e Custo de Vida em Moçambique (2018)

Carlos Muianga, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo e Epifânia Langa

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/09/ideias-104.pdf>

Nº 103P – Moçambique terá mais de 100 milhões de habitantes no 1º Centenário da sua Independência? (2018)

António Francisco

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/07/ideias-103-AF.pdf>

Nº 103E – Will Mozambique have more than 100 million inhabitants on the centenary of its independence? (2018)

António Francisco

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/08/ideias-103-AF-ingles.pdf>

Nº 102 – Informação sobre Mercados de Trabalho em Moçambique: Algumas lacunas metodológicas, implicações e desafios (2018)

Rosimina Ali

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/07/Ideias-102_RosiminaAli.pdf

Nº 101 Descentralização no Setor de Saúde em Moçambique: “Um processo sinuoso” (2018)

Lúcio Posse

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/05/Ideia-101-LPosse.pdf>

Nº 100 Para além do mercado comum: desenvolvimento industrial em contexto de integração económica regional em Moçambique (2018)

Epifânia Langa

<https://www.iese.ac.mz/ideias-100-elanga/>

Nº 99 Efeitos macroeconómicos da dívida pública externa e doméstica em Moçambique (2018)

Yasfir Ibraimo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/04/Ideia99YIbraimo.pdf>

Nº 98 Primeira volta da eleição intercalar de Nampula: de novo, a abstenção “ganhou”! (2018)

Salvador Forquilha

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/02/ideias-98-SForquilha.pdf>

Nº 97 Haiyu Mozambique Mining Company: dinâmicas da intervenção chinesa nas areias pesadas de Angoche (2018)

Michael Sambo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/02/IESE-ideias-97-MSambo.pdf>

Nº 96 A “Operação Lava Jato” Vista de Moçambique (2017)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/07/ideias_96.pdf

Nº 95E Diversity of Economic Growth Strategies in the CPLP (2017)

António Francisco e Moisés Siúta

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/07/IDeIAS-95e-1.pdf>

Nº 95P Diversidade de Estratégias de Crescimento Económico na CPLP(2017)

António Francisco e Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/07/boletim-ideias_95p.pdf

Nº 94 Porquê Moçambique precisa da Descentralização? Alguns subsídios para o debate(2017)

Salvador Forquilha

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/06/IESE_Ideias94.pdf

Nº 93E The Hidden Face of the Mozambican State Budget: Are the cash balances fictitious? (2017)

António Francisco e Ivan Semedo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/03/IESE_Ideias93e.pdf

Nº 93P A Face Oculta do Orçamento do Estado Moçambicano: Saldos de Caixa são fictícios? (2017)

António Francisco e Ivan Semedo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/03/IESE_Ideias93.pdf

Nº 92 Administração eleitoral em Moçambique: reformas necessárias (2016)

Egídio Chaimite

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/10/IESE_IDeIAS92.pdf

Nº 91 De Novo a Questão dos Saldos Rolantes na Conta Geral do Estado (2016)

António Francisco e Ivan Semedo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/09/IESE_IDeIAS91.pdf

Nº 90 Geração de emprego e condições sociais de trabalho nas plantações agro-industriais em Moçambique (2016)

Rosimina Ali e Carlos Muianga

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias90.pdf

Nº 89 Crónica de uma crise anunciada: dívida pública no contexto da economia extractiva (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias89.pdf

Nº 88 Cenários, Opções Dilemas de Política face à Ruptura da Bolha Económica (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias88.pdf

Nº 87 Rebatendo Mitos do Debate sobre a Dívida Pública em Moçambique (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias87.pdf

Nº 86 A dívida secreta moçambicana: impacto sobre a estrutura da dívida e consequências económicas (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias86.pdf

Nº 85 Introdução à problemática da dívida pública: contextualização e questões imediatas (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/05/IESE_Ideias85.pdf

Nº 84 Recenseamento eleitoral em Moçambique: um processo sinuoso (2016)

Egídio Chaimite

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/04/IESE_Ideias84.pdf

Nº 83 Rever o sistema eleitoral (2016)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/04/IESE_Ideias83.pdf

Nº 82 Saldos Rolantes no Orçamento do Estado Moçambicano: Nyusi Encontrou Cofres Vazios? (2016)

António Franciso & Ivan Semedo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias82.pdf

Nº 82 Rolling Balances in the Mozambican State Budget: Did Nyusi Find the Coffers Empty? (2016)

António Franciso & Ivan Semedo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_IDeIAS82e.pdf

Nº 81 Moçambique: Um dos Piores Países para os Idosos. Porquê? (2015)

António Franciso & Gustavo Sugahara

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias81.pdf

Nº 80 Vulnerabilidade dos estratos urbanos pobres: caso da pobreza alimentar em Maputo. (2015)

Oksana Mandlate

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias80.pdf

Nº 77P Estratégias de crescimento económico e desenvolvimento na CPLP. (2015)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias77p.pdf

Nº 77E Economic growth and development strategies in the CPLP. (2015)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias77e.pdf

Nº 76 Dilemas das ligações produtivas entre empresas numa economia afunilada. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Oksana Mandlate, e Epifânia Langa

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias76.pdf

Nº 75 Padrões de investimento privado e tendências especulativas na economia moçambicana. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue e Carlos Muianga

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias75.pdf

Nº 74 Acumulação Especulativa e Sistema Financeiro em Moçambique. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Fernanda Massarongo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias74.pdf

Nº 73: Estado e a Capitalização do Capitalismo Doméstico em Moçambique. (2015)

Nº 71: Dívida pública, acumulação de capital e a emergência de uma bolha económica. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Fernanda Massarongo e Carlos Muianga

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias71.pdf

Nº 70: Autonomização local para quê? Questões económicas no debate sobre autonomia local. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias70.pdf

Nº 69: Por que é que a emissão de obrigações do Tesouro não é a melhor alternativa para financiar o reembolso do IVA às empresas? (2015)

Fernanda Massarongo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias69.pdf

Nº 68E: Mozambican Aggregate Consumption: Evolution and Strategic Relevance (2015)

António Francisco e Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias68e.pdf

Nº 68P: Consumo Agregado Moçambicano: Evolução e Relevância Estratégica. (2015)

António Francisco e Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_68.pdf

Nº 67: O Gigaprojeto que Poderá Transformar a Economia Moçambicana? Pró e Contra o Projeto de GNL Moçambique. (2014)

António Francisco e Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_67.pdf

Nº 66P: Reformas de descentralização e serviços públicos agrários em Moçambique: Porquê os desafios persistem? (2014)

Salvador Forquilha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_66p.pdf

Nº 66E: Decentralisation reforms and agricultural public services in Mozambique: Why do the challenges persist? (2014)

Salvador Forquilha

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_66e.pdf

Nº 65P: Por Que Moçambique Ainda Não Possui Pensão Universal Para Idosos? (2014)

António Francisco e Gustavo Sugahara

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_65p.pdf

Nº 65E: Why Mozambique Still Does Not Have a Universal Pension For The Elderly? (2014)

António Francisco e Gustavo Sugahara

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_65e.pdf

Nº 64P: Poupança interna: Moçambique e os outros. (2014)

António Francisco e Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_64p.pdf

Nº 64E: Domestic savings: Mozambique and the others. (2014)

António Francisco and Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_64e.pdf

Nº 63P: Poupança interna moçambicana: 2000-2010, uma década inédita. (2014)

António Francisco e Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/ideias_63p.pdf

Nº 63E: Mozambican domestic savings: 2000-2010, an unprecedented decade. (2014)

António Francisco and Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_63e.pdf

Nº 62: Medias e campanhas eleitorais. (2014)

Crescêncio Pereira

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_62.pdf

Nº 61: Indignai-vos! (2014)

Egidio Chaimite

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_61.pdf

Nº 60: Ligações entre os grandes projetos de IDE e os fornecedores locais na agenda nacional de desenvolvimento. (2014)

Oksana Mandlate

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_60.pdf

Nº 59: A Política Macroeconómica e a Mobilização de Recursos para Financiamento do Investimento Privado em Moçambique. (2014)

Fernanda Massarongo e Rogério Ossemane

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_59.pdf

Nº 58: As “revoltas do pão” de 2008 e 2010 na imprensa. (2013)

Crescêncio Pereira, Egidio Chaimite, Lucio Posse e Michael Sambo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_58.pdf

Nº 57: Cheias em Chókwè: um exemplo de vulnerabilidade. (2013)

Crescêncio Pereira, Michael Sambo e Egidio Chaimite

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_57.pdf

Nº 56: Haverá Possibilidade de Ligação Entre Grupos de Poupança e Crédito Cumulativo Informais e Instituições Financeiras Formais? (2013)

Fernanda Massarongo, Nelsa Massingue, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_56.pdf

Nº 55: Ligações com mega projetos: oportunidades limitadas a determinados grupos. (2013)

Epifania Langa

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_55.pdf

Nº 54P: Viver mais para viver pior? (2013)

Gustavo Sugahara, António Francisco, Peter Fisker

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_54e.pdf

Nº 54E: Is living longer living better? (2013)

Gustavo Sugahara, António Francisco, Peter Fisker

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_54p.pdf

Nº 53: Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann (3). (2013)

Sayaka Funada-Classen

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_53.pdf

Nº 52: Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann (2). (2013)

Sayaka Funada-Classen

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_52.pdf

Nº 51: Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann. (2013)

Sayaka Funada-Classen

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_51.pdf

Nº 50: Uma reflexão sobre o calendário e o recenseamento eleitoral para as eleições autárquicas de 2013. (2013)

Domingos M. Do Rosário

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_50.pdf

Nº 49: Os mitos por trás do PROSAVANA. (2013)

Natália N. Fingermann

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_49.pdf

Nº 48P: Sobre resultados eleitorais e dinâmica eleitoral em Sofala. (2013)

Marc de Tollenaere

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_48p.pdf

Nº 48E: Analysing elections results and electoral dynamics in Sofala. (2013)

Marc de Tollenaere

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_48e.pdf

Nº 47: Moçambique: Entre Estagnação e Crescimento. (2012)

António Alberto da Silva Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_47.pdf

Nº 46P: Desafios da Duplicação da População Idosa em Moçambique. (2012)

António Francisco & Gustavo Sugahara

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_46p.pdf

Nº 46E: The Doubling Elderly: Challenges of Mozambique's Ageing Population. (2012)

António Francisco & Gustavo Sugahara

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_46e.pdf

Nº 45: Moçambique e a Explosão Demográfica”: Somos Muitos? Somos Poucos? (2012)

António Alberto da Silva Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_45.pdf

Nº 44: Taxas Directoras e Produção Doméstica. (2012)

Sófia Armacy

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_44.pdf

Nº 43E: MEITI – Analysis of the Legal Obstacles, Transparency of the Fiscal Regime and Full Accession to EITI. (2012)

Rogério Ossemane

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_43E.pdf

Nº 43P: ITIEM—Análise dos Obstáculos legais, Transparência do Regime Fiscal e Completa Adesão à ITIE. (2012)

Rogério Ossemane

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_43p.pdf

Nº 42E: Analysis of the Reconciliation Exercise in the Second Report of EITI in Mozambique. (2012)

Rogério Ossemane

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_42e.pdf

Nº 42P: Análise ao Exercício de Reconciliação do Segundo Relatório da ITIE em Moçambique. (2012)

Rogério Ossemane

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_42p.pdf

Nº 41: Estado e Informalidade: Como Evitar a “Tragédia dos Comuns” em Maputo? (2012)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_41.pdf

Nº 40: “Moçambique no Índice de Desenvolvimento Humano”: Comentários. (2011)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_40.pdf

Nº 39: Investimento directo chinês em 2010 em Moçambique: impacto e tendências. (2011)

Sérgio Inácio Chichava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_39.pdf

Nº 38: Comissão Nacional de Eleições: uma reforma necessária. (2011)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_37.pdf

Nº 37P: Envelhecimento Populacional em Moçambique: Ameaça ou Oportunidade? (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Gustavo T.L. Sugahara

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_37p.pdf

Nº 37E: Population Ageing in Mozambique: Threat or Opportunity. (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Gustavo T.L. Sugahara

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_36e.pdf

Nº 36: A Problemática da Proteção Social e da Epidemia do HIV-SIDA no Livro Desafios para Moçambique 2011. (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Rosimina Ali

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_36.pdf

Nº 35P: Será que Crescimento Económico é Sempre Redutor da Pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique. (2011)

Marc Wuyts

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_35P.pdf

Nº 35E: Does Economic Growth always Reduce Poverty? Reflections on the Mozambican Experience. (2011)

Marc Wuyts

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_35E.pdf

Nº 34: Pauperização Rural em Moçambique na 1ª Década do Século XXI. (2011)

António Francisco e Simão Muhorro

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_34.pdf

Nº 33: Em que Fase da Transição Demográfica está Moçambique? (2011)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_33.pdf

Nº 32: Proteção Social Financeira e Proteção Social Demográfica: Ter muitos filhos, principal forma de proteção social em Moçambique? (2010)

António Francisco, Rosimina Ali e Yasfir Ibraimo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_32.pdf

Nº 31: Pobreza em Moçambique põe governo e seus parceiros entre a espada e a parede. (2010)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_31.pdf

Nº 30: A dívida pública interna mobiliária em Moçambique: alternativa ao financiamento do défice orçamental? (2010)

Fernanda Massarongo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_30.pdf

Nº 29: Reflexões sobre a relação entre infra-estruturas e desenvolvimento. (2010)

Carlos Uilson Muianga

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_29.pdf

Nº 28: Crescimento demográfico em Moçambique: passado, presente...que futuro? (2010)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_28.pdf

Nº 27: Sociedade civil e monitoria do orçamento público. (2009)

Paolo de Renzio

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_27.pdf

Nº 26: A Relatividade da Pobreza Absoluta e Segurança Social em Moçambique. (2009)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_26.pdf

Nº 25: Quão Fiável é a Análise de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique? Uma Análise Crítica dos Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique. (2009)

Rogério Ossemane

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_25.pdf

Nº 24: Sociedade Civil em Moçambique e no Mundo. (2009)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_24.pdf

Nº 23: Acumulação de Reservas Cambiais e Possíveis Custos derivados - Cenário em Moçambique. (2009)

Sofia Amarcy

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_23.pdf

Nº 22: Uma Análise Preliminar das Eleições de 2009. (2009)

Luis de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_22.pdf

Nº 21: Pequenos Provedores de Serviços e Remoção de Resíduos Sólidos em Maputo. (2009)

Jeremy Grest

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_21.pdf

Nº 20: Sobre a Transparência Eleitoral. (2009)

Luis de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_20.pdf

Nº 19: “O inimigo é o modelo”! Breve leitura do discurso político da Renamo. (2009)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_19.pdf

Nº 18: Reflexões sobre Parcerias Público-Privadas no Financiamento de Governos Locais. (2009)

Eduardo Jossias Nguenha

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_18.pdf

Nº 17: Estratégias individuais de sobrevivência de mendigos na cidade de Maputo: Engenhosidade ou perpetuação da pobreza? (2009)

Emílio Dava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_17.pdf

Nº 16: A Primeira Reforma Fiscal Autárquica em Moçambique. (2009)

Eduardo Jossias Nguenha

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_16.pdf

Nº 15: Proteção Social no Contexto da Bazarconomia de Moçambique. (2009)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_15.pdf

Nº 14: A Terra, o Desenvolvimento Comunitário e os Projetos de Exploração Mineira. (2009)

Virgílio Cambaza

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_14.pdf

Nº 13: Moçambique: de uma economia de serviços a uma economia de renda. (2009)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_13.pdf

Nº 12: Armando Guebuza e a pobreza em Moçambique. (2009)

Sérgio Inácio Chichava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_12.pdf

Nº 11: Recursos Naturais, Meio Ambiente e Crescimento Sustentável. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_11.pdf

Nº 10: Indústrias de Recursos Naturais e Desenvolvimento: Alguns Comentários. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_10.pdf

Nº 9: Informação Estatística na Investigação: Contribuição da investigação e organizações de investigação para a produção estatística. (2009)

Rosimina Ali, Rogério Ossemame e Nelsa Massingue

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_9.pdf

Nº 8: Sobre os Votos Nulos. (2009)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_8.pdf

Nº 7: Informação Estatística na Investigação: Qualidade e Metodologia. (2008)

Nelsa Massingue, Rosimina Ali e Rogério Ossemane

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_7.pdf

Nº 6: Sem Surpresas: Abstenção Continua Maior Força Política na Reserva em Moçambique...Até Quando? (2008)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_6.pdf

Nº 5: Beira - O fim da Renamo? (2008)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_5.pdf

Nº 4: Informação Estatística Oficial em Moçambique: O Acesso à Informação. (2008)

Rogério Ossemane, Nelsa Massingue e Rosimina Ali

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_4.pdf

Nº 3: Orçamento Participativo: um instrumento da democracia participativa. (2008)

Sérgio Inácio Chichava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_3.pdf

Nº 2: Uma Nota sobre o Recenseamento Eleitoral. (2008)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_2.pdf

Nº 1: Conceptualização e Mapeamento da Pobreza. (2008)

António Francisco e Rosimina Ali

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_1.pdf

Relatórios de Investigação

Crónicas de uma eleição falhada. (2016)

Luís de Brito (ed.)

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/IESE_RR1.pdf

Murrupula: um distrito abstencionista (2016)

Egídio Chaimite e Salvador Forquilha

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/IESE_RR2.pdf

Afinal nem todos votam em Manjacaze (2016)

Egídio Chaimite e Salvador Forquilha

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/IESE_RR3.pdf

Beira – Clivagens Partidárias e Abstenção Eleitoral (2017)

Salvador Forquilha

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/02/IESE-Relatorio-4-WEB.pdf>

2014 – Um inquérito sobre a abstenção (2016)

Luís de Brito

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/02/IESE-Relatorio-5-WEB.pdf>

Moçambique: Avaliação independente do desempenho dos PAP em 2009 e tendências de desempenho no período 2004-2009. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco, Rogério Ossemame e Sofia Amarcy

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/2010/PAP_2009_v1.pdf

Current situation of Mozambican private sector development programs and implications for Japan's economic cooperation – case study of Nampula province. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue and Rogério Ossemame

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Relatorio_Japao_final.pdf

Mozambique Independent Review of PAF's Performance in 2008 and Trends in PAP's Performance over the Period 2004-2008. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco, Rogério Ossemame, Nelsa Massingue and Rosimina Ali.

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/PAPs_2008_eng.pdf (também disponível em língua Portuguesa no link http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/PAPs_2008_port.pdf).

Mozambique Programme Aid Partners Performance Review 2007. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco, Carlos Vicente and Nelsa Massingue

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/PAPs_PAF_2007.pdf

IESE é uma organização moçambicana independente e sem fins lucrativos, que realiza e promove investigação científica interdisciplinar sobre problemáticas do desenvolvimento social e económico em Moçambique e na África Austral.

Tematicamente, a actividade científica do IESE contribui para a análise da política pública e social e da governação, com enfoque nas problemáticas de pobreza, política e planeamento público, cidadania, participação política, governação e contexto internacional do desenvolvimento em Moçambique.

